



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**PRISCILLA GHIZONI LIMA**

**O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE  
FLORIANÓPOLIS: sujeitos e questões em debate**

**Florianópolis/SC  
2017**

**PRISCILLA GHIZONI LIMA**

**O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE  
FLORIANÓPOLIS: sujeitos e questões em debate**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Pedagogia, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Helena Michels.

**Florianópolis/SC  
2017**

Priscilla Ghizoni Lima

**O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE  
FLORIANÓPOLIS: sujeitos e questões em debate**

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciado em Pedagogia, e aprovado em sua forma final.

Local, 27 de junho de 2017.

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup>, Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Michels,  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup>, Dr.<sup>a</sup> Rosalba Maria Cardoso Gacia,  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup>, Ms., Márcia de Souza Lehmkuhl  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu companheiro, amigo e esposo Rodrigo, pelo seu apoio incondicional, paciência, incentivo e por sempre me encorajar nos momentos difíceis, desde a fase inicial – ainda no vestibular, seguido pelo período da graduação e, agora, nesta fase de finalização do curso.

A minha família pela demonstração de confiança e apoio nesta longa jornada.

As amigas que construí e que se manterão após a conclusão deste curso.

Aos queridos professores que me auxiliaram nesta etapa da vida e que contribuíram para ampliação e construção do meu conhecimento.

A esta universidade, aos profissionais do CED – Centro de Ciências da Educação, em especial, da Coordenação do curso de Pedagogia e da Coordenadoria de Estágios da Pedagogia.

A minha estimada professora e orientadora Maria Helena Michels, por sua paciência, dedicação e orientações cuidadosas. Aos encorajamentos e conselhos para seguir adiante nesta pesquisa e, acima de tudo, por acreditar nas minhas potencialidades.

Aos servidores da Prefeitura Municipal de Florianópolis – na condição de Secretários Executivos do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, pelo atendimento cordial e generoso disponibilizando materiais que possibilitaram a realização e o andamento desta pesquisa resultando neste Trabalho de Conclusão do Curso.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

## RESUMO

Esta pesquisa pretende refletir e apontar as demandas, disputas e reivindicações que chegam ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência em Florianópolis (CMDPD), especificamente aquelas relacionadas, direta ou indiretamente, à educação dos sujeitos deficientes. Para tanto, foi necessário compreender como se constitui historicamente e legalmente os conselhos, em particular, o CMDPD de Florianópolis; quais os sujeitos, associações e/ou instituições que compõem o conselho; identificar os temas recorrentes nas reuniões e plenárias; e de como a temática Educação foi trazida e debatida pelos conselheiros. Portanto, esta investigação, do tipo qualitativa, tem por objetivo conhecer o conteúdo da investigação, em atenção aos sujeitos envolvidos, as temáticas discutidas e aos encaminhamentos deste conselho sobre Educação. Para tal análise, dialogamos com autores como Mészáros (2008); Januzzi (2012); Michels e Lehmkuhl (2016); Garcia e Michels (2014); Crespo (2009); e Gohn (2006). Metodologicamente, esta pesquisa se deu por meio de uma pesquisa documental diante das 17 atas disponibilizadas pelo Secretário Executivo do CMDPD e a partir do balanço de produção acadêmica correspondentes aos anos entre 2000 a 2016, sobre os conselhos, de modo geral, e os conselhos dos direitos da pessoa com deficiência, pesquisado nas plataformas ANPED-Sul, ANPED Nacional, Scielo.org, Scielo.br e CAPES. Realizamos nessa pesquisa o levantamento dos sujeitos que constituem a representatividade no conselho; elencamos e investigamos os temas recorrentes, quais sejam: a organização do conselho - o que inclui matérias do tipo: estrutura física, comissões, regimento interno, eleições e capacitação dos conselheiros; assuntos relacionados a falta de intérprete de LIBRAS; preocupação com a representatividade do CMDPD; Passe-Livre e Educação. Diante dos levantamentos e das análises realizadas, destaca-se os limites desse conselho percebido pelo tempo dispendido na temática Educação, sendo mencionado em duas reuniões apenas, além disso, a participação apática do representante da Secretaria Municipal de Educação deixando de opinar ou sugerir deliberações, bem como a descontinuidade nas ações do conselho. Por fim, concluímos que o Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência em Florianópolis se apresenta como um espaço de permanência das relações sociais vigentes e mesmo que os conselheiros tivessem consciência de sua responsabilidade e entendam a importância deste lugar, isto não refletiria em uma transformação social.

**Palavras-chave:** Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Conselhos. Educação. Movimentos Sociais. Transformação Social.

## **Lista de quadros**

Quadro 1: Produções sobre conselhos no banco de dados scielo.org

Quadro 2: Produções sobre conselhos no banco de dados scielo.br

Quadro 3: Produções sobre conselhos no banco de dados de teses e dissertações da Capes

Quadro 4: Produções sobre conselhos no banco de consultas da ANPED-Sul

Quadro 5: Produções sobre conselhos no banco consultas da ANPED Nacional

Quadro 6: Representantes das entidades da sociedade civil que compuseram o CMDPD de Florianópolis em 2016

Quadro 7: Representantes do poder Público Municipal no CMDPD de Florianópolis em 2016

## **Lista de abreviaturas e siglas**

ACAM – Associação Catarinense de Assistência ao Mucoviscidótico  
ACIC – Associação Catarinense para Integração do Cego  
AFLODEF – Associação Florianopolitana do Deficiente Físico  
AFLOREM – Associação de Apoio aos Portadores de Esclerose Múltiplas  
AHESC – Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina  
AIPD – Ano Internacional das Pessoas Deficientes  
AMUCC – Associação Brasileira de Portadores de Câncer  
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
APAM – Associação Preventiva de Apoio a Mulher  
ASGF – Associação dos Surdos da Grande Florianópolis  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CEM – Conselho de Educação do Município de Florianópolis  
CMAS – Conselho Municipal da Assistência Social  
CMDPD – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência  
CMI – Conselho Municipal do Idoso  
CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência  
FCEE – Fundação Catarinense de Educação Especial  
FEBEC – Federação Nacional de Entidades de Cegos  
FENEIS – Federação Nacional de Surdos  
FME – Fundação Municipal de Esporte  
IGEOP – Instituto de Geração de Oportunidades  
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis  
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais  
MORHAM – Movimento de Reintegração dos Hansenianos  
MPSC – Ministério Público de Santa Catarina  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
ONEDEF – Organização Nacional de Deficientes Físicos  
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social  
SME – Secretária Municipal de Educação  
SMMU – Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana

## **Lista de Apêndices**

Apêndice A: Planilha resumida das atas do CMDPD em Florianópolis

Apêndice B: Planilha de presença dos conselheiros representantes da sociedade civil

Apêndice C: Planilha de presença dos conselheiros representantes do poder público

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1 JUSTIFICATIVA.....	13
1.2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	15
<b>2 O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CONADE) .....</b>	<b>19</b>
2.1 SEUS APORTES LEGAIS E HISTÓRICOS.....	19
2.2 AS DISCUSSÕES ACADÊMICAS SOBRE A TEMÁTICA.....	22
<b>3 O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS (CMDPD).....</b>	<b>30</b>
3.1 APORTES LEGAIS E HISTÓRICOS DO CMDPD DE FLORIANÓPOLIS .....	31
3.2 OS COMPONENTES DO CONSELHO.....	34
3.2.1 <i>Presença dos conselheiros nas reuniões</i> .....	38
3.3 OS PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS .....	40
3.3.1 <i>Organização do conselho</i> .....	40
3.3.2 <i>Passê Livre</i> .....	46
3.3.3 <i>Representatividade do CMDPD de Florianópolis em outras instâncias</i> .....	47
3.3.4 <i>Intérprete de LIBRAS</i> .....	48
3.3.5 <i>Educação</i> .....	49
<b>4 CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>58</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>63</b>
APÊNDICE A: PLANILHA RESUMIDA DAS ATAS DO CMDPD EM FLORIANÓPOLIS .....	63
APÊNDICE B: PLANILHA DE PRESENÇA DOS CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL.....	84
APÊNDICE C: PLANILHA DE PRESENÇA DOS CONSELHEIROS REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO.....	85

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se vincula ao trabalho de conclusão de curso (TCC), sendo este, de caráter avaliativo e composto no currículo obrigatório do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O trabalho, aqui descrito, tem como tema a Educação no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD). A tentativa aqui é de elucidar as demandas, disputas e reivindicações relacionadas direta ou indiretamente, com a educação dos sujeitos deficientes, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD) em Florianópolis.

Para tanto, o objetivo central desta pesquisa é: refletir sobre os limites e possibilidades na ação do CMDPD referentes aos assuntos relacionados a educação. Como objetivos específicos destacam-se: compreender como se constitui legalmente o CMDPD no Brasil e, particularmente, em Florianópolis; observar quem compõe o CMDPD em Florianópolis; identificar e analisar os temas recorrentes discutidos nas reuniões deste conselho; compreender como o tema Educação compõe os debates deste conselho.

Entendemos a educação como um projeto em contínuas tensões/disputas ideológicas, cuja atual concepção educacional contempla e corrobora para a funcionalidade da sociedade capitalista. É diante desse contexto que propomos fazer reflexões para possíveis contribuições a uma transformação social.

Segundo Mészáros (2008), uma das funções principais da educação formal, no capitalismo, é a de produzir a conformidade ou consenso dentro de um processo de internalização nos indivíduos, induzindo-os a uma aceitação ou conformidade de acordo com a sua posição social. Porém, este mesmo autor nos indica que a escola pode ser compreendida para “Além do capital”, possibilitando novas conformações e disputas em relação a sociedade capitalista. Isso compreende a escola como um espaço de luta e não de conformação.

Januzzi (2012) destaca que o capitalismo é primado pela economia e atribuí à escola a função de formar para o trabalho. Ainda de acordo com a autora, há uma dualidade na relação escola e sociedade pois, se por um lado, a escola ensina para a capacitação técnica e teórica do trabalhador reforçando a ideologia dominante, de outro, deve socializar o saber propiciando a possibilidade de compreender a natureza real da sociedade.

Compreendemos que a cultura e a maneira como se constitui a sociedade são determinadas pelas ações humanas e que, portanto, podem mudar diante as alterações do próprio pensar e agir do homem. Nesse sentido, acreditamos que a educação é capaz de uma

possibilidade de transformação, na medida em que, os sujeitos se tonam conscientes das condições existentes e que sejam proporcionados meios para o conhecimento necessário pensando na transformação social.

Com esta compreensão é que entendemos a necessidade dos movimentos sociais, já que estes têm como proposição a luta pelas transformações sociais, tendo “como objetivo a emancipação humana” (MICHELS; LEHMKUL, 2016. p. 1).

Segundo Lanna Júnior e Martins (2010), as opressões contra as pessoas com deficiência tanto se manifestavam em relação à restrição de seus direitos civis quanto, especificamente, a que era imposta pela tutela da família e de instituições. Esta opressão também se expressa nas denominações que designavam as pessoas com deficiência. Para os autores, “Quem fala, fala de algum lugar, parte de alguma premissa. As palavras usadas para nomear as pessoas com deficiência comportam uma visão valorativa que traduz as percepções da época em que foram cunhadas” (LANNA JÚNIOR; MARTINS, 2010. p. 14). Ainda de acordo com os autores, ao se organizarem como movimento social, os sujeitos deficientes buscaram novas denominações para romper com a imagem negativa que as excluía como, por exemplo, a expressão “Pessoa com Deficiência”.

“Pessoa com deficiência” passou a ser a expressão adotada contemporaneamente para designar esse grupo social. [...]. Ser “pessoa com deficiência” é, antes de tudo, ser pessoa humana. É também uma tentativa de diminuir o estigma causado pela deficiência. A expressão foi consagrada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006. (LANNA JÚNIOR; MARTINS, 2010. p. 15)

Mediante isso, os autores explicam que, impulsionados pela organização do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD) nos anos 1980, os movimentos ganharam força e destaque no Brasil acontecendo então o I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas com Deficientes em Brasília com o intuito da libertação da Tutela do Estado e das Instituições Especializadas, anunciando o lema: “Participação plena e igualdade”. Este evento propiciou a criação da Federação Nacional de Entidades de Cegos (FEBEC), da Organização Nacional de Deficientes Físicos (ONEDEF), a Federação Nacional de Surdos (FENEIS) e o Movimento de Reintegração dos Hansenianos (MORHAM). Todas estas organizações reivindicaram seus direitos, ainda que formais, e a liberdade de opinar sobre os problemas que implicavam em seus atendimentos.

De acordo com Lanna Júnior e Martins (2010), outra discussão em voga nos movimentos sociais, diz respeito a diferenciação entre às instituições de deficientes e as instituições para deficientes. Segundo eles (LANNA JÚNIOR; MARTINS, 2010), as instituições de deficientes representam os próprios sujeitos com deficiência e isto, em tese,

proporcionaria uma identidade própria e uma maior reivindicação das demandas para as pessoas com deficiência atendo as suas especificidades, enquanto que as instituições para os deficientes atuam na representação deste sujeito, sendo uma segunda voz dentre os deficientes.

Alguns movimentos, como exemplo aquele cujo lema é “Nada sobre Nós sem Nós”<sup>1</sup>, parecem expressar o pouco ou nenhum espaço que dispuseram os deficientes em participar das decisões cujos assuntos lhes diziam respeito. A ideia central do lema é que nenhuma decisão (política, ações, programas, equipamentos, infraestruturas, etc.) deveria ser tomada sobre as pessoas com deficiência sem a plena participação dos deficientes.

Mesmo diante das crescentes lutas vivenciadas nestas últimas décadas, vários são os conflitos e embates políticos internos nos próprios movimentos<sup>2</sup>.

A participação dos deficientes em movimentos sociais pela educação já foi objeto de registros históricos no Brasil. Segundo pesquisa realizada por Michels e Lehmkul (2016), sobre o balanço de produção referentes aos movimentos sociais e a área de educação especial, há duas perspectivas conceituais, os chamados Movimentos Clássicos/Tradicionais e os Novos Movimentos Sociais.

Desta maneira, compreendemos que os chamados Movimentos Sociais Clássicos/Tradicionais trazem em seu bojo bases teóricas que indicam a necessidade da transformação social, ou seja, possuem um caráter revolucionário e que os Novos Movimentos Sociais buscam a melhoria desta sociedade. (MICHELS; LEHMKUL, 2016. p. 14)

De acordo com as autoras, os Movimentos Clássicos/Tradicionais possuem referencial em Karl Marx – caracterizando-se pela necessidade de uma transformação social, revolucionária –, enquanto que os Novos Movimentos Sociais surgem, justamente, a partir das críticas ao modelo tradicional – caracterizando-se como complementar às lutas dos Movimentos Clássicos e/ou como um movimento alternativo aos movimentos tradicionais e aos partidos de esquerda. Entretanto, as autoras alertam para um dos problemas que se

---

<sup>1</sup>Segundo Crespo (2009.p. 217), “Em 2004, “Nada Sobre Nós Sem Nós” (Nothing About US Without Us) foi escolhido como tema para o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência (3 de dezembro), proclamado pela Assembleia Geral da ONU, em outubro de 1992, para promover o conhecimento sobre assuntos relacionados a pessoas com deficiência e mobilizar apoios para garantir sua dignidade, seus direitos e seu bem-estar. A cada ano, a ONU escolhe um tema especial para o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência”. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28052010-134630/pt-br.php>>. Acesso em: abr. 2017.

<sup>2</sup> Pode-se mencionar o descontentamento das pessoas deficientes surdas e cegas que não se sentiam totalmente representados quando o movimento das pessoas com deficiência se consolidava na década de 80, decorrendo disso a divisão destes dois grupos do movimento nacional e procuraram atender individualmente suas demandas específicas. (LANNA JÚNIOR; MARTINS. 2010)

apresenta neste novo modelo de movimentos sociais que, em sua maioria, tornam-se individualizados, com lutas focais e fragmentadas.

Há, para as reivindicações de pessoas com deficiência, um espaço que nos parece ser oficial e que passa a compor o cenário nacional a partir da Constituição Federal de 1988. A Carta Magna estabelece, por princípio, a participação democrática de trabalhadores, aposentados, empregados, comunidade, sociedade civil e órgãos gestores e consultivos em diversas áreas, cuja participação se organiza mediante um conselho. O governo federal define o conselho como "[...] um dos instrumentos de expressão, representação e participação popular que deve acompanhar as ações governamentais com o intuito de fazer valer os interesses sociais da população" (BRASÍLIA, 2013. p. 13). Contudo, algumas indagações merecedoras de análise ainda pairam sobre esse órgão. Quais são as demandas dos movimentos sociais vinculados aos sujeitos da educação especial apresentados a este órgão e que esteja relacionado à educação? Qual projeto de educação e de escola são considerados nessas reivindicações e quais as dificuldades para que se estabeleçam estes espaços?

Estas questões podem ser realizadas especificamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Florianópolis, instituído pela Lei nº 7.213, de 28 de novembro de 2006. Em consulta realizada no *site* do CMDPD, este é

[...] um órgão colegiado de caráter permanente, propositivo, deliberativo e fiscalizador, de composição paritária entre representantes governamentais e sociedade civil, vinculados à administração pública municipal, responsável pela Política Municipal da Pessoa com Deficiência e principais associações e instituições de atendimento às pessoas com deficiência. (FLORIANÓPOLIS, 2016b).

Em relação aos objetivos, segundo consta no Regimento Interno, destacam-se: estimular, apoiar e desenvolver estudos e diagnósticos acerca das situações e da problemática das pessoas com deficiência, no âmbito do município de Florianópolis. Isto posto, observa-se não haver apontamentos que indiquem, diretamente, aos assuntos relacionados à educação nos objetivos centrais do CMDPD. (FLORIANÓPOLIS, 2016a).

## 1.1 JUSTIFICATIVA

O direcionamento da proposta desta pesquisa está relacionado ao estágio não-obrigatório realizado na segunda fase do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – período compreendido entre 01/08/2013 e 18/12/2013 – em que eu, uma das pesquisadoras, Priscilla Ghizoni Lima, atuei na função de estagiária-bolsista. Esta atividade se efetivou no Colégio de Aplicação (CA). O CA possui sede própria – localizada no Centro de Educação da UFSC – atendendo alunos do Ensino Fundamental ao Médio. Por

se tratar de um colégio integrado ao sistema de ensino público superior federal, caracteriza-se por desenvolver ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, favorecendo assim, a relação teórico-prática dos diversos cursos de graduação nas atividades escolares<sup>3</sup>.

Este estágio não-obrigatório ocorreu em sala, diretamente com o aluno diagnosticado com deficiência intelectual, realizando atividades de apoio pedagógico. Em sua ficha de acompanhamento escolar, havia indicação de orientação profissional com médicos especializados na área e, até aquela data, não frequentava nenhuma instituição particular ou utilizava os serviços ofertados pelo Atendimento Educacional Especializado. Era possível observar o empenho dos professores, individualmente, em organizar materiais, provas e exercícios que pudessem ser interpretados e realizados pelo aluno.

Este mesmo aluno teve seu andamento escolar impactado pelo “Programa de Aceleração de Aprendizagem”<sup>4</sup>. Este programa teve início em 1997 e foi elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) e aprovado pelo Presidente da República à época, Fernando Henrique Cardoso<sup>5</sup>. O programa tinha por objetivo corrigir a distorção do fluxo escolar, reparando a defasagem entre idade e série que os estudantes deveriam estar cursando. De acordo com informações repassadas no período do estágio, pela coordenadora pedagógica de inclusão, o aluno em questão deu um salto do 6º ao 9º ano, transpondo estágios que, pessoalmente, considero importantes para compreensão de determinados conceitos que são essenciais em cada etapa de ensino. Era notório a dificuldade de assimilação em determinados conteúdos que exigiam um conhecimento prévio de conceitos base como, por exemplo, a resolução de uma simples equação matemática.

Esta vivência me fez questionar a condição deste aluno na participação dos movimentos sociais em busca das garantias pelos direitos, mesmo que formais, da pessoa com deficiência. Qual projeto de formação a escola proporcionará para os alunos deficientes? O que pensam sobre as políticas de inclusão? Os sujeitos com deficiência terão consciência de seus direitos, participarão de movimentos sociais em prol das pessoas com deficiência?

Outro fator para a definição deste objeto de pesquisa, foi minha participação nas disciplinas de Políticas e Práticas Pedagógicas Relacionadas à Educação Especial (EED7150)

---

<sup>3</sup>Dados disponíveis em: <<http://www.ca.ufsc.br/historico-do-ca/>>. Acesso em: 31 de mar. 2017.

<sup>4</sup>Para maiores informações consultar: MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. *Verbetes aceleração de aprendizagem. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/aceleracao-de-aprendizagem/>>. Acesso em: 31 de mar. 2017.

<sup>5</sup>Período de mandato de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

– ministrada pela Professora Doutora Rosalba Maria Cardoso Garcia – e Educação Especial Conceitos, Concepções e Sujeitos (EED7151) - organizada pela Professora Doutora Maria Helena Michels, minha orientadora neste trabalho. A primeira disciplina possibilitou discussões e reflexões sobre políticas e práticas pedagógicas para alunos com deficiências na educação básica no Brasil, enquanto a segunda corroborou apresentando contribuições das concepções histórica, psicológicas, filosófica e sociológica acerca do debate sobre o fenômeno da deficiência e na identificação dos sujeitos da Educação Especial. A partir dos estudos e discussões em sala sobre os sujeitos da educação especial, o seu processo histórico nos movimentos em prol da educação e diante de conquistas sociais, questionei-me de que forma isso ocorre no município de Florianópolis? Qual meio de fiscalizar e de impor as demandas dos movimentos e das pessoas com deficiência? E no campo da educação?

Buscando responder a estas questões iniciamos uma investigação – a partir de agora com a orientação da professora doutora Maria Helena Michels –, ainda assistemática, sobre os conselhos nas esferas municipal, estadual e federal. Observamos, inicialmente, que muitos materiais de divulgação apontam que os conselhos são o meio de relação democrática e participativa entre a sociedade civil e o Estado, sendo que a sua principal ferramenta é fiscalizar e deliberar ações em favor do interesse público. Cada conselho atua de maneira distinta, conforme sua realidade local e atuando dentro da sua especificidade.

Neste sentido, questionamos quais são as demandas dos movimentos, em especial aqueles que tem assento no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência em Florianópolis? Quais as articulações referentes às questões relacionadas à educação são apresentadas nestes conselhos? Quais projetos de educação e de escola são considerados no conselho de Florianópolis e quais as dificuldades para que se estabelecem?

Estas foram algumas das questões que, de maneira geral, aludiram deste primeiro contato com o CMDPD e que resultaram nesta pesquisa de TCC.

## 1.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Metodologicamente, este trabalho se dará por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica.

Para Meksenas (2002),

o termo métodos é composto por duas outras palavras gregas: *metá*, que significa buscar, perseguir, procura, e *odós*, caminho, passagem, rota. No sentido figurado, a justaposição dessas duas palavras significa a maneira de fazer ou o meio para fazer. Métodos pode, então, compreender uma pesquisa que é realizar a partir de um

plano inicial [projeto] e segue um conjunto de regras racionais [metodologia], aceitas pela comunidade dos cientistas. (MEKSENAS, 2002, p. 73).

Assim sendo, adotaremos como ferramentas de procedimento para análise os balanços de produção referentes aos conselhos - municipais e nacional das pessoas com deficiência e as análises dos documentos (atas, portarias, etc.) fornecidas pelo Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência em Florianópolis. É, por meio deste, que buscaremos compreender a inserção das demandas referentes à educação apresentadas ao CMDPD.

Oliveira (2007), define a pesquisa documental como muito próxima da pesquisa bibliográfica, sendo que a diferença está na natureza das fontes. Enquanto uma se remete as análises de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, fontes primárias que necessitam de uma análise mais cuidadosa por parte do pesquisador, a outra, entretanto, caracteriza-se por possuir contribuições de autores sobre um determinado tema, atentando às fontes secundárias. Portanto, como fonte documental, faremos um estudo das atas do referido conselho e seu aporte legal, a partir das leis e normativas. Concomitantemente, faz-se necessário debruçar-se sobre as produções bibliográficas encontradas nos balanços de produção, no sentido de apreender como a área de educação vem tratando do tema.

Dessa forma, a abordagem utilizada será do tipo qualitativa que, de acordo com Meksenas (2002), cada indivíduo carrega em si um mundo particular, mas carregado de elementos da cultura – da totalidade. Este tipo de pesquisa se utiliza destas particularidades das experiências sociais individuais dos sujeitos diante da cultura tal como é vivida.

Complementando, Minayo (1993) explica que a pesquisa qualitativa se caracteriza por dialogar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, ou seja, a compreensão da realidade humana vivida socialmente.

Para dar início à pesquisa, realizamos um levantamento das produções acadêmicas referentes ao tema abordado neste trabalho. Foram consultados os seguintes bancos de dados: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED Nacional)<sup>6</sup>, Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – Região Sul (ANPED-Sul)<sup>7</sup>, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO.org)<sup>8</sup>, *Scientific Electronic Library Online*

---

<sup>6</sup> Período correspondente à pesquisa de 2000 à 2016. Disponível em: <[www.anped.org.br](http://www.anped.org.br)>. Acesso em: mar. 2017.

<sup>7</sup> Período correspondente à pesquisa de 2000 a 2016. Disponível em: <[http://www.portalanpedsul.com.br/home.php?link=anpedsul&sublink=eventos\\_anteriores](http://www.portalanpedsul.com.br/home.php?link=anpedsul&sublink=eventos_anteriores)>. Acesso em: mar. 2017.

<sup>8</sup> Período correspondente à pesquisa de 2000 à 2016.

(SciELO.br)<sup>9</sup> e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Banco de Teses e Dissertações<sup>10</sup>.

Em todos os bancos de dados utilizamos os descritores: "Conselho Municipal"; "Conselho Municipal de Educação"; "Conselho Municipal Pessoa com Deficiência"; "Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência" e "Educação Especial e Conselho Municipal de Educação".

Os resultados encontrados foram: com o descritor “Conselho Municipal”, 31.474 trabalhos e, destes, 30.906 são dirigidas as áreas de saúde e da assistência social; com o descritor "Conselho Municipal de Educação" foram encontrados 568 trabalhos; e com o verbete "Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência", foram encontrados 3 teses e/ou dissertações no sistema CAPES. Não localizamos outros trabalhos com este último descritor nas plataformas ANPED Nacional, ANPED-Sul, SciELO.org e SciELO.br. E, após verificação dos resumos e palavras-chaves, apenas 19 trabalhos foram lidos e analisados, pois se referiam às questões de gestão e resultados práticos das deliberações dos conselhos.

Nesta pesquisa não encontramos nenhum trabalho que correspondesse à área da Educação Especial e/ou “Educação Especial e Conselho Municipal de Educação”.

Destaca-se o período da pesquisa compreendido entre os anos de 2000 a 2016. Esta escolha se deu, justamente, pela disponibilidade *on-line* das informações nos bancos de dados pesquisados. Esta investigação possibilitou perceber, entre outras coisas, que no período anterior a promulgação das políticas de Educação Inclusiva (2008), foram encontrados apenas 5 trabalhos que fazem menção ao “Conselho Municipal de Educação”.

O passo seguinte foi entrar em contato com CMDPD de Florianópolis, a fim de verificar a possibilidade de acesso às atas do conselho, com o objetivo de realizar as análises necessárias à pesquisa. Desse modo, no dia 06 de outubro de 2016 realizamos o primeiro contato telefônico. Podemos dizer que fomos prontamente atendidas pelo então servidor e Secretário Executivo do CMDPD.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Período correspondente à pesquisa de 2000 à 2016.

<sup>10</sup> Período correspondente à pesquisa de 2013 à 2016. Este período remete aos trabalhos publicados depois da plataforma Sucupira, estando eles, acessíveis *on-line*. Dados anteriores a 2013, somente em modo físico, ou seja, as teses e dissertações nos moldes impressos. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em: mar. 2017.

<sup>11</sup> Possui graduação em Pedagogia - Hab. Series Iniciais / Orientação Ed. pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001) e especialização pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente é Coordenador PAEFI/PETI da Secretaria Municipal de Assistência Social / PMF. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social Aplicado. Informações disponíveis em: <<http://lattes.cnpq.br/1146534844885830>>, currículo atualizado em: 03 fev. 2012. Acesso em: 02 abr. 2017.

Com as atas à disposição, a etapa subsequente decorreu em longas e atenciosas leituras que resultaram na organização de uma planilha contendo os seguintes itens: data, participantes, faltantes, tema central da reunião, discussões e deliberações gerais.<sup>12</sup> Um processo de análise difícil e cuidadoso, para não incorrer em julgamentos e juízos de valores precipitados e/ou equivocados.

Diante das análises realizadas sobre o balanço de produção e das atas, desenvolvemos e organizamos esse TCC em três partes, somadas à introdução (parte 1), referências e apêndices. Na parte 2, O Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONADE), discutimos os aportes legais e históricos desses conselhos e as produções acadêmicas sobre a temática. Na terceira parte, O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência em Florianópolis (CMDPD), as reflexões debruçaram-se sobre os aportes legais e históricos do CMDPD de Florianópolis, os componentes do conselho e a presença dos conselheiros nas reuniões; os principais temas discutidos (organização do conselho, passe livre, representatividade do CMDPD de Florianópolis em outras instâncias, intérprete de LIBRAS e Educação). Por fim, na parte 4, Considerações, buscamos retomar as análises apreendidas durante a pesquisa e tecemos algumas considerações, ainda que provisórias, sobre o tema.

---

<sup>12</sup>Planilha encontrada no Apêndice A.

## **2 O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CONADE)**

Entendemos que compreender como funcionam, o que fazem e quais as responsabilidades dos conselhos em nível nacional nos dará base para discutir como o CMDPD se organiza e de como se articula para atender e fiscalizar as demandas das pessoas com deficiência no município de Florianópolis e seus impactos para a educação.

Diante dessa percepção, apresentaremos no próximo item os aspectos legais e históricos do Conselho Nacional e, na sequência, as discussões acadêmicas em voga desta temática e de como estas questões são tratadas pelos intelectuais brasileiros.

### **2.1 SEUS APORTES LEGAIS E HISTÓRICOS**

A Constituição Federal, de 1988, define o Estado brasileiro como um “Estado Democrático de Direito” (BRASIL, 1988). Isto significa dizer, abstratamente, que o povo tem o seu poder exercido sobre o Estado. Segundo consta na cartilha do Conselho Nacional de Assistência Social, são duas as maneiras reconhecidas e legitimadas deste tipo de poder. A primeira, conhecida como Democracia Representativa, materializa-se por intermédio das votações em que o povo escolhe os seus representantes. A segunda, mediante a Democracia Participativa, identifica-se a participação ativa dos cidadãos em defesa do interesse público nos espaços constituídos para esta finalidade: os conselhos e as conferências. (BRASÍLIA, 2013).

Segundo Nogueira (2013), a democracia como valor universal, no conceito de Carlos Nelson Coutinho, pretende atuar como uma plataforma de estruturação e impulsionadora de todos os movimentos políticos progressistas e reformadores, tornando-se uma pedagogia de luta e de transformação social. É também uma forma de conceber o Estado e suas políticas nas relações entre governantes e governados, frente as reformas sociais e na “fixação da cidadania” (NOGUEIRA, 2013. p. 15).

Portanto, segundo consta no Portal da Transparência do Governo Federal - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União,

Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas. (BRASIL. 2017a)

De acordo com informações encontradas na cartilha do Conselho Nacional de Assistência Social, a participação popular nos conselhos acontece de três maneiras: 1) em tese, são compostos por 50% de representantes do Poder Executivo e 50% da sociedade civil<sup>13</sup> e por isso eles são chamados também de paritários; 2) em geral, suas ações são de natureza deliberativa, ou seja, têm poder de decisão; e 3) em sua maioria tem como objetivo formular e controlar a execução das políticas públicas. (BRASÍLIA, 2013).

Os conselhos são órgãos vinculados ao Poder Executivo, logo, sua função típica é representada no exercício da função administrativa pública que consiste na “defesa do interesse público” (BRASÍLIA, 2013. p. 14). O Poder Executivo pode tomar decisões a respeito do melhor caminho para a defesa do interesse público e/ou da coletividade analisando dois fatores elementares: conveniência e oportunidade. Se for oportuno e conveniente ao interesse público poderá fazer uso da sua margem discricionária aprovando decisões independentemente dos poderes Legislativo e Judiciário.

Outra característica fundamental dos conselhos é o do controle das ações públicas como, por exemplo, os planos e os orçamentos necessários para que sejam concretizados. No Brasil, costuma-se fiscalizar por meio de conferências, audiências públicas, ações populares e ações civis públicas. É importante destacar que os conselhos não atuam sozinhos, mas em articulação com outras instâncias, conforme esclarece a já mencionada cartilha do Conselho Nacional de Assistência Social. Pode-se citar como exemplo de órgãos fiscalizadores o Ministério Público e o Tribunal de Contas. (BRASÍLIA, 2013).

Feito, sucintamente, este apanhado histórico e legal dos conselhos, abordaremos sobre a instância máxima dos conselhos voltados para os direitos formais da pessoa com deficiência, o CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência<sup>14</sup>.

Em linhas gerais, o CONADE é um órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), responsável por acompanhar e avaliar o desenvolvimento da política nacional de inclusão e das políticas

---

<sup>13</sup>Os representantes da sociedade civil atuam como agentes públicos, pois exercem função administrativa dentro da Administração Pública, mas sem remuneração.

<sup>14</sup>“O CONADE foi criado no âmbito do Ministério da Justiça, em 1º de junho de 1999, através do Decreto 3.076/1999, cuja competência é acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência em todas as áreas das políticas, dentre elas: educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana, dirigidas a este grupo social”.(BRASÍLIA, 2012, p. 7).

setoriais - educação, saúde, trabalho, assistência social, entre outras, conforme descreve o Regimento Interno do Conselho Nacional, (BRASIL, 2017d).

Para o seu funcionamento, o CONADE se estrutura em plenárias; presidência; presidência ampliada; comissões permanentes e comissões temáticas. Seu colegiado é composto paritariamente por representantes do Governo e da sociedade civil, sendo esta a composição determinada pelo Regimento Interno do Conselho Nacional. (BRASIL, 2017d):

- Dezenove representantes e respectivos suplentes dos seguintes órgãos governamentais:

- a) Casa Civil da Presidência da República;
- b) Ministério das Cidades;
- c) Ministério da Ciência e Tecnologia;
- d) Ministério das Comunicações;
- e) Ministério da Cultura;
- f) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- g) Ministério da Educação;
- h) Ministério do Esporte;
- i) Ministério da Justiça;
- j) Ministério da Previdência Social;
- l) Ministério das Relações Exteriores;
- m) Ministério da Saúde;
- n) Ministério do Trabalho e Emprego;
- o) Ministério dos Transportes;
- p) Ministério do Turismo;
- q) Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
- r) Secretaria Especial de Política para as Mulheres da Presidência da República;
- s) Conselhos Estaduais; e
- t) Conselhos Municipais.

- dezenove representantes e respectivos suplentes da sociedade civil organizada, a seguir indicados:

- a) treze representantes de organizações nacionais de e para pessoa com deficiência (um na área de condutas típicas; um na área de deficiência auditiva e/ou surdez; três na área de deficiência física; dois na área da deficiência mental e/ou intelectual; dois na área de deficiência por causas patológicas; dois na área da deficiência visual; um na área de deficiências múltiplas; e um na área de síndromes);

- b) um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- c) um representante de organização nacional de empregadores;
- d) um representante de organização nacional de trabalhadores;
- e) um representante da comunidade científica, cuja atuação seja correlata aos objetivos da política nacional para inclusão da pessoa com deficiência;
- f) um representante e respectivo suplente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; e
- g) um representante da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência - AMPID.

Segundo consta no Regimento Interno do Conselho Nacional, “Considera-se organização nacional para pessoa com deficiência, a entidade privada sem fins lucrativos e de âmbito nacional, com filiadas em pelo menos cinco estados da federação, distribuídas, no mínimo, por três regiões do país” (BRASIL, 2017d, p. 4).

Não foram encontradas informações e/ou especificações do que consideram pessoas com deficiência, ocorrendo o mesmo para as categorias dos tipos de deficiência.

Resumidamente, o CONADE reafirma a condição histórica dos conselhos atuando, em tese, como fiscalizador e orientador das deliberações na atuação junto ao poder público e, conforme listado acima, mantendo a equidade na questão da paridade do conselho.

Aqui não cabe analisar as ações e deliberações realizadas pelo CONADE. Para isto seria necessária uma pesquisa de mais rigor e tempo. Infelizmente, o tempo destinado para a elaboração de TCCs nos cursos de graduação não possibilita investigação de tamanha monta. Vamos nos restringir a compreender como funciona o CONADE objetivando verificar possíveis contrapontos e/ou semelhanças ao CMDPD em Florianópolis.

## 2.2 AS DISCUSSÕES ACADÊMICAS SOBRE A TEMÁTICA

Neste tópico, selecionamos 19 trabalhos acadêmicos pesquisados nos bancos de dados já mencionados. Conforme explicado anteriormente, a escolha se deu por tratarem de temas relacionados aos descritores pesquisados: "Conselho Municipal"; "Conselho Municipal de Educação"; "Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência"; "Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência" e "Educação Especial e Conselho Municipal de Educação" - e pela disponibilidade dos trabalhos nos bancos investigados.

Por meio do banco de dados da Scielo.org, foram selecionados 4 artigos, dos quais 2 tratam da efetividade das instituições participativas diante de ações e deliberações dos conselhos, conforme quadro a seguir:

Quadro 1: Produções sobre conselhos no banco de dados scielo.org

<b>Autor(es)</b>	<b>Título</b>	<b>Data da publicação</b>
<b>Carla ALMEIDA, Euzeneia CARLOS e Rafael da SILVA</b>	Efetividade da participação nos conselhos municipais de assistência social do Brasil	Agosto de 2016
<b>Eduardo Granha Magalhães GOMES</b>	Conselhos gestores de políticas públicas: aspectos teóricos sobre o potencial de controle social democrático e eficiente	Outubro a Dezembro de 2015
<b>Edson Francisco ANDRADE</b>	Instâncias de participação na gestão do sistema municipal de ensino: possibilidades e perplexidades no processo de democratização	Maió a Agosto de 2010
<b>Lucia Helena G. TEIXEIRA</b>	Conselhos municipais de educação: autonomia e democratização do ensino	Setembro a Dezembro de 2004

Fonte: Organização própria a partir do balaço de produção.

Os assuntos comuns a todas as publicações são controle social e, principalmente, democratização nos espaços concebidos pelo conselho, incidindo na autonomia das decisões regidas pelos conselheiros. Como principais referências são citados autores como Bittar e Oliveira (2004), Bobbio (1986), Saviani (1999) e Gohn (2001).

No banco de dados Scielo.br, 4 textos foram selecionados com os mesmos descritores anteriormente citados, conforme segue:

Quadro 2: Produções sobre conselhos no banco de dados scielo.br

Autor(es)	Título	Data da publicação
<b>Antonio Sergio Araújo FERNANDES</b>	Conselhos municipais: participação, efetividade e institucionalização - a influência do contexto político na dinâmica dos conselhos – os casos de Porto Alegre e Salvador	Setembro de 2010
<b>Silvio José BENELLI e Abílio da COSTA-ROSA</b>	Conselhos municipais: prática e impasses no cenário contemporâneo	Outubro de 2012
<b>Donaldo Bello de SOUZA e Maria Celi Chaves VASCONCELOS</b>	Os Conselhos Municipais de Educação no Brasil: um balanço das referências nacionais (1996-2002)	Março de 2006
<b>Sueli Menezes PEREIRA e Oséias Santos de OLIVEIRA</b>	Constituição e funcionamento do Conselho Municipal de Educação frente ao processo de democratização da gestão: um estudo dos municípios de Santa Maria e Santa Rosa/RS	Julho a Setembro de 2011

Fonte: Organização própria a partir do balaço de produção.

A primeira produção (FERNANDES, 2010) descreve a participação, efetividade e institucionalização dos conselhos municipais de saúde situados nas localidades de Porto Alegre/RG e Salvador/BA, sendo abordado três categorias de análises que, segundo o autor, têm sido desenvolvidas na literatura sobre os conselhos municipais no Brasil: a) a natureza da participação dos conselheiros; b) a efetividade dos conselhos; e c) o desenho institucional.

No segundo texto (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012), os autores apresentam os impasses para a prática dos conselhos no cenário contemporâneo.

Já o artigo de Souza e Vasconcelos (2006), trata da representação dos conselhos municipais de educação no Brasil mediante estudo do balanço das referências nacionais datadas entre os anos de 1996-2002.

Enquanto isso, o último artigo (PEREIRA; OLIVEIRA, 2011) trata da constituição e funcionamento do Conselho Municipal de Educação para a democratização da gestão educacional.

Os autores mais recorrentes nas referências dos 4 artigos são: Avritzer (2004); Gohn (2001) e Saviani (1999).

No banco de teses e dissertações da Capes, selecionamos 3 teses e dissertações. Segue o quadro explicativo abaixo:

Quadro 3: Produções sobre conselhos no banco de dados de teses e dissertações da Capes

<b>Autor(es)</b>	<b>Título</b>	<b>Data da publicação</b>
<b>Abelardo Coelho Da SILVA</b>	Os sentidos da participação no Conselho Estadual dos direitos das pessoas com deficiência do Ceará	2013
<b>Ana Cristina Cardoso Da SILVA</b>	Organizações de e para pessoas com deficiência no município de São Carlos - SP: tecendo fios de histórias, conquistas e desafio	18 de Fevereiro de 2016
<b>Marcia Alessandra De Souza FERNANDES</b>	Conselho municipal de educação: figurações, interdependências e políticas de educação especial	25 de Abril de 2016

Fonte: Organização própria a partir do balaço de produção.

A primeira produção (SILVA, 2013) refere-se à dissertação de mestrado na Universidade Estadual do Ceará que retrata o sentido da participação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência no estado do Ceará. Apresenta-se como uma investigação qualitativa analisando as ações dos conselheiros, compostos por representantes governamentais e não governamentais.

A segunda produção citada (SILVA, 2016), faz referência a uma dissertação do programa de Pós-Graduação defendida na Universidade Federal de São Carlos, a autora descreve os estudos da participação do Conselho Municipal de Educação de São Mateus/ES na dinâmica de definição da política municipal de educação especial.

Já a terceira pesquisa (FERNANDES, 2016), remete a dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Espírito Santo, onde a autora relata o contexto histórico dos movimentos sociais das pessoas com deficiência e os espaços de reivindicações, abordando o conselho como um desses espaços de lutas.

Nessas três produções, são recorrentes as contribuições de autores como Crespo (2009); Gohn (2007, 2013, 2015); Saviani (1999) e Sarmiento (2005).

Na ANPED-Sul, selecionamos 5 trabalhos a partir dos descritores encontrados "Conselho" e "Conselho Municipal de Educação", no período correspondente aos anos de 2000 a 2016, todavia descartamos os temas sugeridos em apresentações de pôsteres e/ou painéis, conforme o quadro indicado:

Quadro 4: Produções sobre conselhos no banco de consultas da ANPED-Sul

<b>Autor(es)</b>	<b>Título</b>	<b>Data da publicação</b>	<b>Eixo Temático</b>
<b>Luciane Torezan VIEGAS</b>	Educação especial no Rio Grande Do Sul: o conselho estadual de educação e as legislações atuais	2008	Educação Especial
<b>Jair Jonko ARAUJO e Maria Cecília Lorea LEITE</b>	A efetivação dos conselhos como órgãos de democratização da gestão escolar	2010	Políticas Públicas e Gestão Educacional
<b>Ketiane Assmann Miranda de OLIVEIRA</b>	O conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente e sua contribuição na implementação do estatuto da criança e do adolescente no município de Lages- SC	2010	Políticas Públicas e Gestão Educacional
<b>Marilene Gabriel Dalla CORTE; Joacir Marques Da COSTA; Francine Mendonça Da SILVA e Diego Dartagnan Da Silva TORMES</b>	A conjuntura dos conselhos municipais de educação da Amcentro/RS: análise e [re]articulações	2014	Políticas Públicas e Gestão Educacional
<b>Alcina Jacil Alves BITENCOURT e Maria Beatriz LUCE</b>	Tecendo uma cultura de participação: Conselho Municipal de Educação e Conselho Escolar em reflexão-ação pela gestão democrática na escola pública	2016	Estado e Políticas Educacional

Fonte: Organização própria a partir do balaço de produção.

Em síntese, as pesquisas apresentadas nas reuniões anuais da ANPED-Sul reportam aos conselhos municipais de educação nos três estados da região sul do país. Nestas

produções, os autores realizam um estudo histórico em que: efetuam levantamentos de sua estrutura e participação efetiva; exploram a participação dos conselhos na atuação da gestão escolar; e verificam a contribuição da implementação do estatuto da criança e adolescente e sua reflexão-ação nos conselhos escolares.

A primeira produção (VIEGAS, 2008) analisa as políticas de Educação Especial no estado do Rio Grande do Sul perante aprovação da legislação pelo Conselho Estadual de Educação, estabelecido como balizador das práticas a serem implementadas pela Secretaria de Educação do Estado.

No segundo texto (ARAÚJO; LEITE, 2010) a discussão ocorre pela efetivação da gestão democrática implantada na educação pública por meio de conselhos escolares.

O artigo da autora Oliveira (2010), que trata de uma reflexão sobre a atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, analisou a participação da sociedade civil organizada juntamente com o poder público, tendo como ferramenta o espaço de deliberação e controle das ações e políticas municipais destinadas às crianças e adolescentes no município de Lages.

Na quarta produção (CORTE; COSTA; SILVA; TORMES, 2014), refere-se ao delineamento e análise da conjuntura dos conselhos municipais de educação da região da Associação dos Municípios do Centro do Estado do Rio Grande do Sul.

E a última produção (BITENCOURT; LUCE, 2016), as autoras abordam a participação do Conselho Municipal de Educação em parceria com a Secretaria de Educação, visando o fortalecimento dos conselhos escolares das instituições de ensino municipais.

Como autores de referência pode-se citar: Bordignon (2008), Cury (2011), Gohn (2001, 2011); Saviani (1981, 1999); Tatagiba (2002).

Relativamente à ANPED Nacional, 4 produções foram selecionadas e, novamente, salientamos os descartes dos trabalhos apresentados no formato de pôsteres e/ou painéis, conforme indicados no quadro abaixo:

Quadro 5: Produções sobre conselhos no banco consultas da ANPED Nacional

<b>Autor(es)</b>	<b>Título</b>	<b>Data da publicação</b>	<b>Eixo Temático</b>
<b>Marisa R. T. DUARTE</b>	O conceito de controle social e a vinculação de recursos à educação	2006	Estado e Política Educacional

(continuação)

Autor(es)	Título	Data da publicação	Eixo Temático
<b>Carlos Augusto Sant'Anna GUIMARÃES</b>	Participação sociopolítica e governança democrática: o papel dos conselhos municipais de educação na gestão e implementação da política educacional	2007	Estado e Política Educacional
<b>Eduardo Da Costa Pinto D'AVILA</b>	Políticas educacionais e a participação em conselhos: um estudo de caso através da entrada do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE/RJ) no Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental (GIEA/RJ)	2015	Educação Ambiental

Fonte: Organização própria a partir do balcão de produção.

No primeiro trabalho, Duarte (2006) discute o conceito de controle social e seus impactos nos recursos destinados à educação. Já no segundo texto (GUIMARÃES, 2007), são examinados o papel e a atuação dos conselhos municipais de educação na construção da gestão democrática da Educação pública, especificamente, na Região Metropolitana do Recife/PE. No tocante a última produção, D'Avila (2015) analisou, por meio de um estudo de caso, as políticas educacionais e a participação em conselhos.

As temáticas desenvolvidas nos textos selecionados da ANPED Nacional abordam o papel dos conselhos no controle social, a interferência das políticas públicas na área da educação e os reflexos da gestão democrática. Observa-se que a única autora comum citada em todos os 4 textos como referência é Maria da Glória Gohn (2011).

Após levantamento nos cinco bancos de dados supramencionados, percebe-se que alguns autores são citados com mais frequência quando o assunto e/ou tema versa sobre os conselhos. A autora Gohn (2001, 2007, 2011, 2013, 2015), por exemplo, serve de referência em quase todos os textos e/ou teses selecionados.

Os pontos de discussões frequentes lidos nos artigos, dissertações e teses, dizem respeito as ações e deliberações efetivas nos conselhos; a questão do controle social como ferramenta de fiscalização e de cobrança diante das medidas adotadas pelo poder público; o

processo democrático nos conselhos; e a gestão participava e os reflexos das decisões e deliberações às políticas públicas dos setores como educação e saúde, por exemplos.

Os artigos, dissertações e teses encontrados destacam, também, a pouca participação dos conselheiros, tanto por parte da representatividade da sociedade civil como, em especial, do poder público, ocasionando faltas frequentes e precariedade na fiscalização das ações das prefeituras. Isto indica que o modelo de controle social deve acontecer de maneira mais participativa pelos conselheiros, no intuito de apresentar resultados efetivos nas políticas públicas.

### **3 O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS (CMDPD)**

A primeira aproximação que tivemos com o CMDPD de Florianópolis foi com o Servidor e Secretário Executivo do CMDPD, ocasião na qual solicitamos as atas das reuniões. No dia seguinte este mesmo servidor nos enviou um e-mail contendo 21 anexos – 20 atas e 1 planilha com a relação dos 14 conselheiros titulares e seus suplentes.

Nesta prévia conversa por telefone, o servidor iniciou deixando clara a insatisfação dos conselheiros quanto a nova sede – em virtude de, segundo ele, não ser acessível às pessoas com deficiência física –, em seguida citou a preocupação quanto a mudança de gestão – devido as eleições municipais daquele ano –, além de mencionar a falta de intérprete de LIBRAS – dificultando assim a participação dos surdos. De acordo com o servidor, estas seriam as pautas principais e recorrentes no CMDPD.

Questionamos sobre os assuntos direcionados à Educação e ele comentou que pouco ou quase nada é discutido nesta área. Porém, deixou claro que como Secretário Executivo do conselho sua participação mais efetiva ocorreu neste mesmo ano de 2016 e por isso não teria como discorrer sobre as demandas anteriores a este ano.

Ao receber as atas e realizar as primeiras análises, percebemos que faltavam as reuniões referentes ao ano de 2015. Estabelecemos contato novamente com o CMDPD em Florianópolis e, desta vez, uma servidora nos esclareceu que estas atas, especificamente, estavam arquivadas por meio digital disponíveis somente no computador do conselho. Porém, com a mudança de sede, estes computadores apresentaram defeitos, ocasionando assim a perda destas atas.

Inicialmente, a servidora explicou que neste ano (2015) foram realizadas em torno de 4 reuniões e que, por falta de intérpretes de LIBRAS e acessibilidade estrutural, as plenárias neste ano foram interrompidas e canceladas pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). Este fato foi registrado em documento emitido pelo próprio MPSC, mas não tivemos acesso por motivos idênticos ao que foi relatado sobre as atas.

Portanto, para este estudo, não será possível analisar as reuniões dos conselheiros correspondentes ao ano de 2015. Nossas análises recairão sobre uma ata alusiva ao ano de 2013, 6 encontros realizados e registrados em ata no ano de 2014 e 10 atas lavradas em 2016, totalizando 17 atas nesta pesquisa.

### 3.1 APORTES LEGAIS E HISTÓRICOS DO CMDPD DE FLORIANÓPOLIS

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD) em Florianópolis foi instituído por Lei de nº 7.213/2006<sup>15</sup>, e esta organizada em 27 artigos e sancionado pelo então Prefeito Municipal à época, Dário Elias Berger<sup>16</sup>, em 28 de novembro de 2006.

Este conselho é considerado um órgão permanente, propositivo, deliberativo e fiscalizador. É composto por 14 membros titulares e 14 suplentes, sendo 7 representantes de entidades não governamentais e 7 representantes do poder público municipal o que garante o modelo paritário indicado em nível nacional. O CMDPD está vinculado à Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social, dando a ela responsabilidade orçamentária para o seu funcionamento e, também, a garantia do maior número de membros representantes (dois) do Poder Executivo.

Segundo a Lei nº 7.213/2006, há três categorias de sujeitos a serem tratados no CMDPD de Florianópolis, sendo eles: os que tem deficiência, os que apresentam deficiência permanentes e os incapacitados. (FLORIANÓPOLIS, 2006). Esta lei indica que:

I - deficiência: toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano<sup>17</sup>;

II - deficiência permanente: aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos;

III - incapacidade: uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (FLORIANÓPOLIS, Lei 7.213, 2006, art. 3º)

Nesta mesma lei, é considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membros, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade

<sup>15</sup> Dispõe sobre a criação, composição, atribuições e funcionamento do conselho municipal dos direitos da pessoa com deficiência e dá outras providências.

<sup>16</sup> Prefeito eleito, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Teve como período de mandato 1º de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2008. Foi reeleito, agora filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e cumpriu seu segundo mandato que compreendeu período de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012.

<sup>17</sup> Observa-se que este conceito de deficiência que ainda pressupõe um padrão normal de humano já foi superado em outras legislações brasileiras e na própria produção da área.

congenita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções;

II - deficiência auditiva: perda parcial ou total das possibilidades auditivas, sonoras, variando de graus e níveis de surdes;

III - deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,5 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidade adaptativas;

V - deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências. (FLORIANÓPOLIS, Lei 7.213, 2006, art. 4º)

Outro documento regulatório do conselho é o seu Regimento Interno, organizado em 46 artigos e subdividido em 7 capítulos, quais sejam: da natureza; da composição e mandato; das competências; dos conselheiros; da estrutura e do funcionamento; dos procedimentos; e disposições gerais.

Segundo o Regimento Interno do CMDPD de Florianópolis, dentre as suas principais funções estão: estimular, apoiar e desenvolver estudos e diagnósticos da situação e problemas das pessoas com deficiência; formular, de forma articulada com as secretarias, políticas municipais de atendimento à pessoa com deficiência; e elaborar e divulgar material sobre a situação econômica, social, política e cultural das pessoas com deficiência, bem como, de seus direitos formais e garantias. (FLORIANÓPOLIS, 2016a).

Na página oficial do CMDPD, encontram-se outros dados importantes como: a missão do conselho, que se propõe a atuar de forma responsável e efetiva nas garantias dos direitos formais das pessoas com deficiência e na sua inclusão; e sua visão, devendo estar verdadeiramente empenhado nas causas que refletem os direitos formais das pessoas com deficiência, por meio do trabalho contínuo na promoção da cidadania e para maior qualidade de vida. (FLORIANÓPOLIS, 2016b).

A estrutura organizativa do CMDPD de Florianópolis se faz por cinco instâncias:

- 1) conferências bianuais de pessoas com deficiência: instância máxima, ou seja, com maior poder de decisão. O CMDPD é responsável por convocar as conferências, definindo as pautas das reuniões;
- 2) assembleias gerais: “A Assembleia Geral é o órgão deliberativo do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD, constituindo-se pela reunião ordinária ou extraordinária dos seus membros” (FLORIANÓPOLIS, 2016a);

- 3) mesa diretora: “A Mesa Diretora, eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia para mandato de 01 (um) ano, permitida uma recondução, é composta pelos seguintes cargos: I. Presidente; II. Vice-Presidente; III. 1º Secretário; IV. 2º Secretário” (FLORIANÓPOLIS, 2016a);
- 4) grupos de trabalho: A Lei 7.213/2006, determina que a estruturação e a composição dos Grupos de Trabalhos sejam definidas pelo Regimento Interno, no entanto, este item não é encontrado no regimento do conselho;
- 5) secretaria executiva: Conforme dispõe o Regimento Interno, “à Secretaria Executiva, órgão de apoio técnico-administrativo do CMDPD, será composta por equipe técnica administrativa, cedidos pelo Poder Executivo, especialmente convocados para o assessoramento permanente ou temporário do CMDPD” (FLORIANÓPOLIS, 2016a).

Esta estrutura é o pilar no exercício dos conselheiros, pois abrange três aspectos importantes: a dimensão administrativa, a dimensão técnica e a dimensão política.

A dimensão administrativa sugere as questões destinadas a elaboração e escrita das atas, organização das pautas e reuniões, fazer e elaborar o regimento interno, registro de presenças, etc.

Já na dimensão técnica, as responsabilidades recaem sobre a formação e competências das comissões e na efetivação dos grupos de trabalhos e pesquisas.

E na dimensão política, a sua execução acontece na garantia de representação dos vários segmentos; no esforço em articular com outros órgãos, tecendo assim redes de integração com as políticas públicas de diversas áreas (saúde, educação, cultura, etc.); e assegurando a transparência nas decisões e deliberações do conselho.

Fundamentado no que foi descrito até agora e estabelecendo uma comparação entre o CONADE e o CMDPD em Florianópolis, ambos primam, por princípio, pela efetividade nas ações objetivando a garantia dos direitos formais das pessoas com deficiência e a sua inclusão. No entanto, no Regimento Interno do CONADE (2017d) não se verificam as definições dos tipos de deficiência e as categorias que indicam os sujeitos com deficiência, diferentemente do CMDPD em Florianópolis, que as estabelece por Lei 7.213/2006 nos artigos 3º e 4º.

Quanto à estrutura organizativa, atuam de forma equiparada, porém, guardada as devidas proporções – uma vez que um conselho atua em âmbito nacional e o outro, municipal. Todavia, empregam as mesmas ferramentas, ou seja, conferências, assembleias e secretarias executivas.

No que diz respeito aos grupos de trabalho, o CONADE descreve em seu regimento de que forma, como e quem deve compor estes grupos, além de enfatizar a importância de sua organização para a compreensão das demandas e dos direitos formais das pessoas com deficiência. Contudo, no Regimento Interno do conselho em Florianópolis não consta orientações para criação e composição dos grupos de trabalhos, sendo encontrado apenas nos art. 11 e 12 da Lei 7.213/2006 que instituí o CMDPD em Florianópolis. Para agravar a situação, ao longo das leituras e dos estudos das atas, não há referências, citações diretas e indiretas, sobre os grupos de trabalho, nem quanto a formação da sua composição e/ou dos temas norteadores de estudos.

### 3.2 OS COMPONENTES DO CONSELHO

Os conselheiros representantes da sociedade civil devem compor o conselho de acordo com o que disciplina o Regimento Interno e conforme consta na Lei de nº 7.213/2006, cuja representatividade das entidades não governamentais deve obedecer aos seguintes parâmetros:

- a) um representante de portador de deficiência auditiva;
- b) dois representantes de portadores de deficiência visual;
- c) um representante de portador de deficiência mental;
- d) dois representantes de portadores de deficiência física;
- e) um representante de portador de deficiência decorrente de patologias ou síndromes.

Além disso, a entidade representada deve ser constituída legalmente há mais de 1 (um) ano e declarada de utilidade pública no município de Florianópolis.

No ano de 2016, os 7 conselheiros titulares – representando respectivamente as mulheres, as pessoas com deficiências visual, intelectual, física e auditiva, os hemofílicos e os com câncer – todos de entidades não governamentais, estão relacionados no quadro abaixo:

Quadro 6: Representantes das entidades da sociedade civil que compuseram o CMDPD de Florianópolis em 2016

<b>Entidade</b>	<b>Titular</b>	<b>Suplente</b>
<b>Associação Preventiva de Apoio a Mulher – APAM</b>	Maxwel Arantes dos Santos	Sonia Farias de Melo
<b>Associação Catarinense para a Integração do Cego – ACIC</b>	Leandro de Oliveira	Solange Bueno

(continuação)

<b>Entidade</b>	<b>Titular</b>	<b>Suplente</b>
<b>Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis – APAE</b>	Alexandre da Silva	Nivia Micheli Garcia Vieira
<b>Associação Florianopolitana do Deficiente Físico – AFLODEF</b>	Élzio Espirito Santo Oliveira	José Roberto Leal
<b>Associação dos Surdos da Grande Florianópolis – ASGF</b>	Sandra Lucia Amorim	Cléo Jeferson da Silva
<b>Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina – AHESC</b>	Carlos José Peres	Carlos Henrique Duarte
<b>Associação Brasileira de Portadores de Câncer - AMUCC</b>	Cleusa Maria da Costa	Valéria Cabral Carvalho

Fonte: Dados retirados da planilha cedida pelo servidor do CMDPD em Florianópolis.

Observa-se então, que há parcial cumprimento do que dispõe o Regimento Interno e a Lei 7.213/2006 sobre a composição deste conselho. Percebe-se por exemplo, na alínea “e) um representante de portador de deficiência decorrente de patologias ou síndromes”(FLORIANÓPOLIS, 2016a; FLORIANÓPOLIS, Lei 7.213, 2006, art. 8º), porém, constata-se a representatividade de duas associações AHESC e AMUCC.

Com base nestas informações, entendemos que a questão da paridade necessária entre a sociedade civil e o Poder Executivo fica desequilibrada. Para alcançar a equidade o conselho terá de abrir mão de, no mínimo, um voto de outras duas associações representantes legais, visto que, o Regimento e a Lei destinam duas vagas para os representantes de portadores de deficiência visual e duas para os representantes portadores de deficiência física.

Evidencia-se também, a presença da representação da Associação Preventiva de Apoio a Mulher – APAM, nas reuniões como um conselheiro votante nas deliberações e decisões do CMDPD. Entretanto, interpretamos que a APAM não se enquadra nas exigências e especificações descritos nos documentos reguladores do conselho, conforme explicitado anteriormente.

No que diz respeito aos sete representantes das Secretarias do Poder Executivo, são indicados por livre escolha do Prefeito Municipal, obedecendo aos seguintes critérios:

a) dois (02) da Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social;

b) um da Secretaria Municipal de Transportes e Terminais;

c) um da Secretaria Municipal de Educação;

d) um da Fundação Municipal de Esportes (FME);

e) um do Instituto de Geração de Oportunidades (IGEOF);

f) um do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF).

A representatividade do poder público, em 2016, recebeu indicação do então prefeito, Cesar Souza Junior<sup>18</sup>:

Quadro 7: Representantes do poder Público Municipal no CMDPD de Florianópolis em 2016

<b>Órgão</b>	<b>Titular</b>	<b>Suplente</b>
<b>Secretaria Municipal de Assistência Social.</b>	Fernando Cavallari Carneiro	Claudio Antônio Clarindo
<b>Secretaria Municipal de Assistência Social.</b>	Nara Caselli Martins	Eli Terezinha Januário
<b>Secretaria Municipal de Educação.</b>	Estânislau Poletto	Lilian Poletto Lesina
<b>Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.</b>	Jacqueline Pagani Luz Althof	Sirley de Jesus Bento
<b>Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF</b>	Sheila Comiran	Felipe Paulo de Oliveira
<b>Instituto de Geração de Oportunidades – IGEOF</b>	Noemi Clara Manoel	Patricia Nalovaiko Silveira
<b>Fundação Municipal de esporte.</b>	José Henrique de Brito	Alexandre Cunha

Fonte: Dados retirados da planilha cedida pelo servidor do CMDPD em Florianópolis.

<sup>18</sup>Eleito com filiação pelo Partido Social Democrático (PSD) realizando o mandato no período de 01º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2016.

Cabe salientar que as secretarias e os institutos acima listados, como representantes governamentais, estão em parcial consonância com o que disciplina a Lei de nº 7.213/2006 e o Regimento Interno do conselho, faltando a representação da Secretaria Municipal de Transportes e Terminais.

Assim como ocorre nos conselhos em âmbito nacional, o Regimento Interno do CMDPD, determina que a função dos conselheiros não deve ser remunerada e o seu desempenho é considerado serviço público relevante, logo seu exercício é prioritário, com um mandato correspondente ao período de dois anos permitindo recondução por mais um ano. (FLORIANÓPOLIS, 2016a).

Em síntese, há 7 associações representando a sociedade civil e 6 secretarias e/ou institutos representando o poder público, o que indica desconformidade na paridade entre as unidades de composição. Porém, verificamos igualdade em termos numéricos, por conselheiros, uma vez que, aparentemente, há representação em número idêntico de conselheiros das instituições não governamentais e dos órgãos públicos.

Salientamos que os conselhos municipais, de modo geral, são representados em números iguais pelos conselheiros da sociedade civil e de mesmo número do poder público. Outro contrassenso está na escolha dos conselheiros não governamentais, pois a cartilha orientadora para criação e funcionamento dos conselhos de direitos da pessoa com deficiência, esclarece que os municípios deveriam indicar metade dos conselheiros representes da sociedade civil e a prefeitura indicaria a outra parte, do Poder Executivo, estruturando desta forma, as representatividades paritárias dos conselhos municipais entre as pessoas da comunidade e os servidores públicos. (BRASÍLIA, 2012).

Este modelo supracitado contraria a composição atual do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência em Florianópolis, fato verificado nas atas ao revelarem uma maior representação numérica dos conselheiros representante da sociedade civil.

Além disso, a representatividade da comunidade acontece por meio de associações – instituições de cunho privado, e a sua participação é determinada por lei. A Lei 7.213/2006, determina em seu art. 8º, inciso II, que a representação não governamental deve ocorrer por meio de entidades e acentua: “ Considera-se entidade de e para pessoa com deficiência, a entidade legalmente constituída há mais de 01 (um) ano e declarada de utilidade pública no município de Florianópolis” (FLORIANÓPOLIS, Lei 7.213, 2006, art. 8º). Isto nos trouxe reflexões quanto a representatividade civil dos sujeitos deficientes em Florianópolis, será que ela está ocorrendo somente pelas instituições privadas e/ou associações? Essas associações ou

instituições representam somente aqueles sujeitos associados ou com algum vínculo com estas instituições?

### *3.2.1 Presença dos conselheiros nas reuniões*

Para compreender os temas, os assuntos relevantes e as prioridades do CMDPD em Florianópolis, é necessário, antecipadamente, analisar as presenças e a participação tanto das entidades governamentais quanto da sociedade civil. Realizando este estudo, pretende-se estabelecer um entendimento sobre os temas discutidos pelos conselheiros.

Das 17 reuniões registradas e lavradas em atas, verificou-se uma presença consistente das associações<sup>19</sup>, em especial, a Associação Catarinense para a Integração do Cego (ACIC) que teve 100% das presenças registradas.<sup>20</sup> Em seguida a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis (APAE) com 88,24% de presença nas reuniões; a Associação Florianopolitana do Deficiente Físico (AFLODEF) teve 76,47% de presença no total das reuniões. Já a Associação de Surdos da Grande Florianópolis (ASGF) participou em 70,59% das reuniões realizadas. A Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina (AHESC) compareceu à 58,82% e a Associação Brasileira de Portadores de Câncer (AMUCC) não chegou a 50% de frequência nas reuniões (47,06%).

Outro aspecto que deve ser relatado é de que não há registro em ata da presença do representante da Associação Preventiva de Apoio à Mulher (APAM) e durante as leituras das atas não foi possível identificar informações que justificassem suas faltas.

No que diz respeito a participação das associações AHESC e AMUCC, cada uma com direito a voto, somadas elas possuem dois votos válidos. Todavia, o Regimento Interno e a Lei de nº 7.213/2006 designa uma representação somente, ou seja, “um representante de portador de deficiência decorrente de patologias ou síndromes” (FLORIANÓPOLIS, 2016a; FLORIANÓPOLIS, 2016c). Conseqüentemente, o indicado seria uma representatividade apenas entre as duas associações citadas.

Ainda sobre a AMUCC, as presenças referentes a participação do representante desta associação se efetivaram a partir de ano de 2016, conforme as atas disponíveis para análise.

---

<sup>19</sup>A associação é uma pessoa jurídica de direito privado tendo por objetivo a realização de atividades culturais, sociais, religiosas, recreativas etc., sem fins lucrativos. (BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 13 abr. 2017).

<sup>20</sup>Presença identificada na Planilha que consta no Apêndice B deste TCC.

Merece destaque também a falta dos representantes da AFLODEF nas últimas 4 reuniões geridas no conselho. Nestas últimas atas, o conselho teve concluída a mudança, sem consentimento por parte dos conselheiros, para a nova sede. Segundo consta nas atas, quando do assunto “Casa dos Conselhos”, o prédio não possui rampas e as calçadas são lances de escadas que dificultam o acesso ao prédio e, logo, à sala de reuniões destinada ao CMDPD. Em tese, este fato teria causado o não comparecimento deste representante.

Quanto à participação do Poder Executivo<sup>21</sup>, as secretarias e os institutos aqui denominados e já descritos anteriormente, são regulamentados e assegurados por Lei de nº 7.213/2006 e reafirmados no Regimento Interno do CMDPD.

Assim sendo, registrou-se a presença de 88,24% das reuniões pela Secretaria Municipal de Assistência Social; presença de 58,82% do Instituto de Geração de Oportunidades; 35,29% de presença registrada pela Secretaria Municipal de Educação; 17,65% para o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) e igual valor para os representantes da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana; além de 5,88% de presença da Fundação Municipal de Esporte.

Nesta análise, destaca-se a participação da Secretaria Municipal de Educação com 6 presenças registradas nas atas dos dias 14/04/2014, 11/08/2014, 13/10/2014, 26/04/2016, 09/05/2016 e 23/05/2016. Dentre estes dias, somente no dia 11/08/2014 o assunto se direcionava à educação, citando o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e o Plano Viver sem Limites. Porém, não há registros nesta ata das falas, participação, sugestão ou deliberação por parte do conselheiro representante desta secretaria. Nas outras reuniões a representação é apática, com pouca interferência e sem proposições para as deliberações.

Como visto, registrou-se a participação em número superior das instituições da sociedade civil frente a participação do poder público, denotando uma relação marcante e que se perpetua entre o poder público e o privado no contexto histórico da educação Especial no Brasil, tema que já foi motivo de pesquisas e estudos (BUENO, 1993); (JANNUZZI; CAIADO, 2013); (KASSAR, 2004); (GARCIA; MICHELS, 2014).

---

<sup>21</sup>Presença identificada na Planilha que consta no Apêndice C deste TCC.

### 3.3 OS PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS

As atas analisadas do CMDPD de Florianópolis, compreendidas entre o período de 09 de dezembro de 2013 e 08 de agosto de 2016, totalizam 17. Os temas recorrentes que aparecem nestas atas são referentes, em sua maioria, à organização dos conselhos, incluindo assuntos do tipo: estrutura física, comissões, regimento interno, eleições e capacitação dos conselheiros. Destaca-se, ainda, assuntos relacionados a falta de intérprete de LIBRAS, além da preocupação com a representatividade do CMDPD, Passe-Livre e Educação.

#### *3.3.1 Organização do conselho*

Por ordem cronológica, os assuntos tratados e relatados em atas, no que reporta a organização do conselho, são: a elaboração e discussões do Regimento Interno, sendo destacado em 4 atas; a estrutura física, citado em maior frequência no total de 7 atas; na sequência em 4 atas descritas cada, a formação das comissões e a capacitação dos conselheiros e, por fim, a eleição para presidência, vice-presidência e do primeiro e segundo secretários do conselho, disponíveis em 2 atas. Nesse sentido, apresentaremos as principais discussões e as deliberações que resultaram deste tema.

O Regimento Interno aparece na pauta de 4 reuniões realizadas pelo CMDPD, ocorridas nos dias 10/04/2014, 14/04/2014, 09/05/2014 e 09/05/2016.

No primeiro encontro foi sugerido a leitura e aprovação do Regimento Interno, texto revisado pelas duas representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Mas por conta da lentidão na leitura e análise do documento, determinou-se uma sessão extraordinária para dia 14/04/2014. Entretanto, na data da ata do dia em questão, decorreram as mesmas discussões e deliberações, ficando agendada uma nova data, 09/05/2014, para a realização da aprovação e votação do referido documento. Nesta data, por falta de um intérprete de LIBRAS, a reunião não ocorreu, ficando impossibilitada a votação e a revisão do regimento.

Esta temática reaparece após dois anos, na ata do dia 09/05/2016, com a explanação da vontade de alteração da lei de criação do CMDPD, mediante consulta à Ordem dos Advogados do Brasil (AOB) de Santa Catarina, para, em um segundo momento, debater sobre o regimento. Segundo a conselheira suplente representante da ACIC, há pontos em discordância entre a Lei de nº 7.213/2006 e o regimento aplicado no conselho, não especificando, porém, os pontos discordantes.

Ficou decidido, então, que seria encaminhado um ofício à OAB e outro à SEMAS no intuito de fornecer suporte administrativo aos órgãos executivos, a fim de verificar a possibilidade de reformulação da lei. No entanto, após esta reunião, não há mais registros sobre o assunto Regimento Interno.

A estrutura física foi, sem dúvida, o tema mais recorrente do CMDPD. Observa-se este assunto nas atas dos dias 09/12/2013, 26/04/2016, 09/05/2016, 23/05/2016, 07/06/2016, 20/06/2016 e 11/07/2016. Percebe-se a concentração de datas, principalmente, no ano de 2016. Este fato se justifica pela preocupação da mudança para a nova sede do conselho, denominada “Casa dos Conselhos de Florianópolis”<sup>22</sup>, estabelecida na Rua Victor Meirelles, nº 226 – Centro de Florianópolis.

A “Casa dos Conselhos de Florianópolis”, inaugurada em 18 de dezembro de 2015, tinha por finalidade, à época, abrigar os conselhos ligados à Secretaria de Assistência Social (SEMAS): Conselho Municipal Antidrogas, Conselho Municipal da Juventude, Conselho Municipal de Segurança Alimentar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal do Idoso, Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, Conselho dos Direitos das Mulheres e Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Porém, por falta de acessibilidade, o CMDPD se manteve no antigo endereço, à Rua Mauro Ramos, nº 224 – Centro de Florianópolis. Apesar disso, o conselho teve sua mudança imposta pela prefeitura, de acordo com a ata do dia 23/05/2016, sem o consentimento e aprovação dos conselheiros e, por fim, concretizada, conforme relatos indignados transcritos na ata do dia 20/06/2016.

Antes ainda, o conselho teve assento na passarela Nego Quirido, sito à Avenida Governador Gustavo Richard, nº 5.000 – Centro de Florianópolis. Fato sabido diante da reunião registrada em 09/12/2013, em que o conselheiro representante da Associação de Apoio aos Portadores de Esclerose Múltipla da Grande Florianópolis (AFLOREM) explanava sobre a preocupação tanto quanto a acessibilidade como a “delicada infraestrutura”, principalmente em dias de eventos.

Nas atas restantes, o tema se desdobra entre outros assuntos relacionados a seguir. Abertura de ações junto ao Ministério Público de Santa Catarina, citado em atas correspondentes aos dias 23/05/2016, 07/06/2016 e 20/06/2016, em que há a solicitação de

---

<sup>22</sup>Para maiores informações, consultar a página disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=16040>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

avaliação e elaboração de um relatório sobre as condições estruturais da nova sede, no entanto, até a data da última ata o órgão não havia emitido e/ou enviado o relatório. Parceria e busca de apoio político junto A Frente Parlamentar de Defesa da Assistência Social da Câmara Municipal de Florianópolis, responsável por dois momentos lavrados em ata dias 23/05/2016 e 06/07/2016, com o objetivo de angariar força na defesa de um espaço acessível. A participação de dois conselhos, da Mulher e do Idoso, atuando como moderadores nas reuniões, contudo, apesar das presenças registradas em ata, nenhum tipo de participação destes representantes foi registrada. Por fim, divulgação da situação estrutural do conselho nos veículos de comunicação televisivos.

No que se refere às presenças, a reunião com maior registro da participação do Poder Executivo ocorreu na ata do dia 26/04/2016, quando se iniciou a discussão da nova sede do conselho, contudo, não há definição clara da participação do poder público neste assunto, observado na ausência de falas descritas por estes órgãos. Neste mesmo dia, encontravam-se presentes 4 entes públicos: SEMAS, SME, SMMU e IGEOF.

Na ata do dia 09/05/2016, foi registrada a presença de 3 representantes do Poder Executivo: SEMAS, SME e IPUF, sendo que o relato do dia foi sobre a visita à nova sede do conselho e os problemas encontrados na unidade, porém, a conselheira representante da SEMAS esclareceu que:

[...] “Casa dos Conselhos” é uma reivindicação antiga dos conselhos, e que hoje o prédio está pronto, necessitando melhorar algumas pequenas questões, posto que, desde sua inauguração foram realizadas diversas melhorias e adaptações para acessibilidade, com recursos públicos e não podemos jogar fora todo investimento empreendido nesta grande obra. Ressaltou que temos que fazermos uma reflexão da atual conjuntura nacional, e que podemos perder conquistas históricas de direitos, como também os avanços no controle social, e que seria fundamental ocupar o espaço, para demarcar uma referência na defesa dos direitos de todas as ordens, caso contrário seria um retrocesso. (ATA do dia 09 de maio de 2016)

Diante do registrado transcrito, vê-se uma imposição do Poder Executivo na ocupação do espaço, demonstrando também, uma disputa de força entre as instituições privado assistenciais e o poder público.

Deve-se evidenciar, por fim, a participação da ACIC que atuou em todas as reuniões com proposições, sugerindo ações frente a situação da “Casa dos Conselhos”. Isto se deveu pela presidência do CMDPD que, neste período, era coordenado por intermédio do representante da ACIC, além da representatividade de dois conselheiros titulares e mais um suplente, ou seja, ocorrendo a presença de dois ou mais representantes nas reuniões.

Situação semelhante aconteceu com a APAE que participou de todas as reuniões referentes aos debates da nova sede e a AFLODEF que compareceu em 6 das 7 reuniões. É

inegável a participação constante das associações de representantes, bem como, a média de presença nas reuniões, totalizando 5 entidades, enquanto que a participação do poder público remava na contramão, estando representada por uma ou duas secretarias, em média, por reunião.

Outro ponto relevante sobre a organização do conselho é a formação das comissões e a capacitação dos conselheiros. As temáticas foram organizadas em 7 reuniões de debates, distribuídas nos dias: 09/12/2013, 14/07/2014, 13/10/2014, 09/05/2016, 23/05/2016.

O tema destinado à comissão aparece no dia 09/12/2013, com a presença dos representantes da sociedade civil (ACIC, APAE, AFLODEF e AHESC), do poder público (SEMAS e o IPUF) e a convidada representando o Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS). Neste dia a participante convidada realçou a importância da criação das comissões na organização e no controle das ações do próprio conselho, assim como, defendeu a paridade nas comissões. Ficou definido que uma outra plenária, ainda sem data, seria necessária para a organização definitiva das comissões.

Ainda sobre a ótica deste tema, no dia 14/07/2014 compareceram as instituições ACIC, APAE, AFLODEF e ASGF e, representando o Poder Executivo, SEMAS e IGEOF. A conselheira do SEMAS informou a todos que na plenária foram definidas três comissões: a) Comissão de Políticas Públicas; b) Comissão de Normas, de Inscrição e Fiscalização; e c) Comissão de Comunicação. Única informação encontrada sobre esta temática neste dia.

Já no dia 13/10/2014, estiveram presentes os conselheiros da ACIC, APAE, AFLODEF, ASGF, AHESC representando a sociedade civil e a SEMAS do poder público. Foi promovida a ideia de um projeto de criação para comissão de finanças, mas o assunto finalizou nesta data e não teve sequência.

Novamente, a presença em maior escala das associações a frente da coordenação dos assuntos referentes ao conselho no que diz respeito a formulação das comissões. Por outro lado, percebe-se a forte indicação dos conselheiros da SEMAS, com determinações e modelos, para a criação destas comissões. Ou seja, podemos questionar se o fato de que as instituições que representam a sociedade civil em maior número nas reuniões, realmente determinam o funcionamento e as deliberações do Conselho? Nos parece que não, uma vez que quem definiu o funcionamento e as deliberações do Conselho foi o Estado.

Quanto a capacitação dos conselheiros, as reuniões foram divididas entre os dias 09/12/2013, 14/07/2014, 09/05/2016 e 23/05/2016.

O termo controle social aparece em todas as reuniões listadas, sendo descrito nas falas ou nas definições dos treinamentos e qualificação das atividades e funções, atributos considerados inerentes aos conselheiros e ao conselho municipal.

Porém, o controle social pode apresentar duas interpretações. Uma delas refere-se ao *controle do Estado sobre a sociedade*, onde o Estado define e determina ações para conter, apaziguar e equilibrar as disputas e conflitos entre classes. É sabido que uma das formas de controle do Estado sobre a sociedade acontece por intermédio da educação. Isto, pode representar uma violência disfarçada, projetando um modelo de educação duvidoso e com intencionalidades perigosas. Se pensarmos a Educação como sendo uma possibilidade de transformação – neste tipo de controle o Estado determina a formação dos cidadãos e, conseqüentemente, o tipo de sociedade que quer perpetuar – o conceito deixa em segundo plano questões como formação humana, autonomia do pensar e agir dos sujeitos.

Em outra perspectiva o *controle ocorre da sociedade sobre as ações do Estado*. Aqui, observa-se a integração entre a sociedade e o Estado para determinar as melhores ações políticas, ou seja, os cidadãos podem intervir na tomada da decisão administrativa, orientando a Administração para que adote medidas que realmente atendam ao interesse público e, ao mesmo tempo, possam exercer controle sobre a ação do Estado, exigindo que o gestor público preste contas de sua atuação, segundo explica o portal da transparência. (BRASIL, 2017b). Em teoria, os conselhos se valem deste segundo conceito.

No dia 09/12/2013, a conselheira convidada do CMAS indica que:

[...] Conselho é responsável pelo Controle Social, enfatizou que o controle social é o direito da sociedade civil na formulação de políticas públicas, ressaltou ainda que o CMDPD é um conselho de direitos e não setorial, ou seja, atua em várias políticas e que a defesa dos direitos é sua principal ação. Ressaltou ainda, que o conselho deve ter representatividade junto as entidades e a sociedade. (ATA do dia 09 de dezembro de 2013)

Fato que se destaca ainda, no dia 14/07/2014, com a explanação de outra convidada, representando a SEMAS e vice-presidente do Conselho Municipal do Idoso (CMI), a qual se refere à concepção e caracterização do conselho:

A convidada explanou acerca da concepção e caracterização do conselho que é um grupo organizado de pessoas que representam segmentos e ou instituições governamentais e não governamentais, cuja composição deve ser paritária. Instância de controle social democrático, com autonomia para o exercício de suas funções e cumprimento de suas responsabilidades. Possui caráter deliberativo, propositivo, fiscalizador e formulador de políticas. (ATA do dia 14 de julho de 2014)

Diante da estruturação das comissões e do entendimento do que é e qual a função do conselho ficou decidido, na reunião proferida no dia 09/05/2016 e com a participação da associações ACIC, APAE, AFLODEF, ASGF e AMUCC e das secretarias SEMAS, SME e

do IPUF, agendar uma capacitação com a presença de uma convidada, professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), abordando a temática do controle social e a função dos conselheiros na defesa dos direitos da pessoa com deficiência, dentro da esfera do controle social.

A capacitação deu-se no dia 23/05/2016, com a presença da professora convidada, dos conselheiros das associações: ACIC, APAE, AFLODEF, ASGF, AMUCC e do Poder Executivo: SEMAS, SME e IGEOF.

Sucintamente, a capacitação iniciou com a intervenção da professora que enfatizou as conquistas na luta por direitos sociais no país; em seguida relatou que o verdadeiro controle social acontece por meio dos municípios e que, nesse sentido, os conselheiros têm função primordial, devendo estar cientes da sua função no conselho. Identificou a importância em conhecer a Lei Orçamentária do Município (LOA) e o universo da pessoa com deficiência para planejar ações efetivas na atuação conjunta entre a sociedade civil e o poder público. Frisou que o conselho não pode ser um braço da prefeitura ou ter uma relação de promiscuidade com políticos. Sugeriu que para a melhor compreensão da atuação do conselho é importante perceber qual é o espaço que o conselho está inserido e quais as expectativas das ações deste órgão. Lembrou que as ações e deliberações do conselho devem ser divulgadas e pontuou que o conselho não pode ficar apenas nas reuniões, mas que deve ter ações políticas concretas para poder melhorar, verdadeiramente, a vida das pessoas com deficiência. Finalmente, a convidada informou que os conselheiros são agentes públicos e que devem atuar na formação de políticas públicas para as pessoas com deficiência.

Como visto, a temática controle social é o ponto alto na capacitação dos conselheiros, entretanto é preciso lembrar que a função do conselho vai além do controle social, deve-se observar as garantias dos direitos e as deliberações de ações frente ao poder público.

Finalizando o assunto destinado a organização do conselho, o processo de eleição dos conselheiros foi registrado em dois momentos: nos dias 13/10/2014 e 26/04/2016.

Tanto a Lei de nº 7.213/2006 como o Regimento Interno do CMDPD em Florianópolis, não estabelecem normas e regras para eleição da mesa diretora, contudo, sugerem eleição paritária, ou seja, que haja revezamento entre a sociedade civil e o Poder Executivo na presidência do conselho.

Para a reunião do dia 13/10/2014, estiveram listados como presentes os representantes da sociedade civil: ACIC, APAE, AFLODEF, ASGF e AHESC e um, governamental, da SEMAS. Com maioria dos votos das entidades presentes, o presidente eleito foi o

representante da SEMAS, a conselheira da APAE foi eleita vice-presidente, a primeira secretária da SME e o segundo secretário o conselheiro da ACIC.

Quase dois anos depois uma nova eleição foi realizada, em 26/04/2016, em que estavam presentes os seguintes representantes: SEMAS, SME, SMMU, e IGEOF todos órgãos públicos e ACIC, APAE, AFLODEF, AHESC e AMUCC como as instituições privado assistenciais. Por maioria de votos a composição da nova presidência foi: presidente representante da ACIC, vice-presidente representante da SEMAS, 1ª secretária representante da AMUCC e como 2ª secretária a conselheira representante da Secretaria Municipal de Educação.

Confirmou-se a paridade nas duas eleições lavradas em ata, sendo que, para o primeiro mandato, foi eleito presidente o representante do poder público, enquanto que, na segunda eleição, o cargo ficou com a representação da sociedade civil.

Todos os temas aqui elencados caracterizam, para o nosso entendimento, a estrutura organizacional do conselho, tanto na sua administração burocrática quanto na sua parte estrutural. É possível perceber a preocupação demasiada na estrutura predial da alocação do conselho e nos assuntos condizentes com a capacitação dos conselheiros.

Deve-se salientar que o conselho se instituiu legalmente no ano de 2006 e os temas relacionadas a capacitação dos conselheiros, bem como as criações das comissões, seguem em voga entre os anos de 2014 e 2016.

Debateu-se ao longo das atas o Regimento Interno, com leituras que acabaram tomando o tempo máximo da plenária, enquanto que outros assuntos gerais pertinentes foram adiados para próximas reuniões pelos conselheiros, denotando as prioridades do conselho. Vale destacar que o conselho atua nos assuntos relacionados aos direitos da pessoa com deficiência, mas, nos parece que, durante este período, prevaleceu as questões de ordem burocrática.

### *3.3.2 Passe Livre*

Seguindo com as subdivisões dos temas discutidos, evidencia-se, nas reuniões datadas dos dias 14/07/2014 e 13/10/2014, o tema passe livre.

Na primeira ata do dia 14/07/2014, foram registradas as seguintes presenças de entidades não governamental das associações AFLOREM, ACIC, APAE, AFLODEF e ASGF e representantes das secretarias do município SEMAS e IGEOF.

Na ocasião, a discussão iniciou com a fala do conselheiro da ACIC, que apontou a preocupação quanto ao tema, em seguida, a representante do SEMAS esclareceu que este assunto estava sendo tratado na comissão do passe livre em parceria com a comissão dos direitos da pessoa com deficiência e o assunto deu-se por encerrado.

Já no dia 13/10/2014, faziam-se presente os conselheiros da AFLOREM, APAE, ACIC, AFLODEF, AHESC, ACAM(Associação Catarinense de Assistência ao Mucoviscidótico) e ASGF e do poder público SME, SEMAS e FME. Novamente, o representante da ACIC sugeriu como pauta a questão do passe livre. Segundo ele, a demora na aprovação e execução do laudo que comprova a deficiência dificulta a aquisição do direito formal ao passe livre, relatando ainda o desconforto entre os representantes da ACIC e da AFLODEF quando este tema é trazido à discussão. Segue a transcrição:

[...] pede a palavra: “bom na verdade e assim eu queria falar um assunto na condição de Conselheiro eu me sinto triste as vezes com algumas situações porque eu acho que a discussão das carteirinhas ela está muito entre as duas entidades AFLODEF e ACIC eu tenho percebido que as vezes que esta discussão tem gerado mal estar entre as duas entidades o que não é bom não é bom mesmo e está vindo para o Conselho também, o conselho está vivendo esta discussão com isto vai acabar atrapalhando o trabalho do Conselho” [...] (ATA do dia 13 de outubro de 2014)

Ficou definido,entre os conselheiros, que seria encaminhado um ofício à Secretaria Municipal de Saúde e outro à Secretaria de Transportes para agilizar todo o processo de aquisição das carteirinhas dando,portanto, por encerrado a discussão sobre o assunto. Não há registros em atas posteriores em relação a formulação e o envio deste ofício e/ou da devolutiva do posicionamento das secretarias no que se refere a este tema.

### *3.3.3 Representatividade do CMDPD de Florianópolis em outras instâncias*

A representatividade do conselho foi tema de discussão em duas atas, dias 13/10/2014 e 09/05/2016. Ambas tiveram por finalidade destacar as ações e deliberações do CMDPD. Estiveram presentes na reunião do dia 13/10/2014, os representantes das associações ACIC, APAE, AFLODEF, ASGF e AHESC e governamental SEMAS, SME e FME, sendo este dia a única presença registrada do Fundo Municipal de Esportes. E no dia 09/05/2016, registrou-se a presença das instituições ACIC, APAE, AFLODEF, ASGF e AMUCC e do poder público as presenças da SEMAS, SME e IPUF.

Nestes dois encontros foram decididos a participação do CMDPD no evento Dia Internacional da Pessoa com Deficiência,<sup>23</sup> no projeto “Floripa+Acessível”<sup>24</sup> e a ação do “Dia “D” organizado pelo Ministério do Trabalho.<sup>25</sup> O conselheiro da ACIC sugeriu também que houvessem representantes destinados a divulgar os trabalhos realizados pelo CMDPD, junto aos demais conselhos existentes no município de Florianópolis.

Não há registros posteriores das ações deliberadas nestas atas.

### 3.3.4 Intérprete de LIBRAS

A questão do intérprete de LIBRAS é assunto persistente nas reuniões do conselho, tendo registro nas atas dos dias 11/08/2014, 26/04/2016, 09/05/2016, 11/07/2016, 22/07/2016 e 08/08/2016.

Em todas as reuniões se discute a falta do intérprete de LIBRAS, cedido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. A conselheira da ASGF explana que não acha correto utilizar intérpretes da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), pois o serviço deveria ser uma demanda da prefeitura, bem como os tradutores da FCEE têm função educativa, não correspondendo às interpretações das reivindicações sobre os direitos e de questões sociais.

Em outra reunião, dia 14/07/2014 (o item apareceu como informes gerais), sugere-se que os cursos de LIBRAS, ofertados pela ASGF, sejam ampliados a todas às secretarias do município de Florianópolis, com carga horária específica para atender aos servidores da prefeitura.

Das 17 reuniões lavradas em atas, 3 foram canceladas por motivo de falta de intérprete, uma vez que a Associação dos Surdos da Grande Florianópolis possui voto e

---

<sup>23</sup>O primeiro evento ocorreu em 03/12/2014 com a participação de aproximadamente 200 pessoas. Neste dia o ato foi marcado pela caminhada em volta da Praça XV de Novembro, em Florianópolis/SC. Os participantes carregavam faixas e usavam camisetas brancas. (Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=13061>>. Acesso em: abr. 2017). No ano de 2016, não localizamos dados que indicasse algum tipo de manifestação e/ou evento organizado pelo CMDPD, como o ocorrido em 2014.

<sup>24</sup>O projeto Floripa+Acessível, cujo o lema é “Em busca de uma cidade acessível para todos. Juntos somos mais fortes!”, teve suas atividades iniciada por meio de um *blog* na internet em março de 2016 objetivando tornar a capital de Florianópolis um lugar mais acessível. É um espaço público de visitação aberta e as reivindicações e/ou denúncias, quanto a acessibilidade, podem ser realizadas. (Disponível em: <<http://floripacessivel.com.br>>. Acesso em: abr. 2017).

<sup>25</sup>O dia D da Inclusão Social e Profissional de Pessoas com Deficiência e Reabilitados pelo INSS no mercado de trabalho, ocorreu em set. 2016 em todo o Brasil e está vinculado ao Ministério do Trabalho. Além da intermediação de vagas no mercado de trabalho, o evento apresenta múltiplas atividades voltadas para a inclusão. (Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/09/dia-d-da-inclusao-mobiliza-trabalhadores-com-deficiencia-no-pais>>. Acesso em: abr. 2017).

representatividade no conselho assegurados por lei, caracterizando assim, a inacessibilidade do conselho

Até a última ata analisada, não se verificou uma solução quanto a liberação da prefeitura de um intérprete para as plenárias do CMDPD. Isto nos levou a reflexão, visto que o espaço destinado aos debates envolvendo os direitos formais da pessoa com deficiência não consegue assegurar, ao menos, a acessibilidade de seus representantes. Onde fica então a garantia do direito formal a acessibilidade no município de Florianópolis? Algo a ser questionado e debatido na comunidade.

### 3.3.5 Educação

Como foco central deste trabalho, a temática educação foi destaque em duas reuniões, dias 14/07/2014 e 11/08/2014. A primeira com a discussão sobre educação inclusiva e a negativa de alunos deficientes nas escolas particulares e a segunda sobre o debate do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)<sup>26</sup>.

No dia 14/07/2014, estavam presentes as entidades representantes da sociedade civil: ACIC, APAE, AFLODEF e ASGF; representando o poder público: SEMAS e IGEOF. Deve-se esclarecer que neste encontro não há presença registrada do representante da Secretaria Municipal de Educação.

A conselheira da IGEOF menciona a Educação Inclusiva, mas não se tem registro da fala dela descrita em ata e, em seguida, apresenta o Plano Viver sem Limites do PRONATEC<sup>27</sup> explicando que

[...] há pouca adesão das pessoas com deficiência e que o PRONATEC hoje está com vagas abertas para vários cursos, podendo a pessoa optar pelo curso que tem maior interesse. Segundo ela, os cursos possuem a carga horária de 42 a 60hrs para recepcionista, auxiliar administrativo, eletricista, entre outros. (ATA do dia 14 de julho de 2014)

Logo após a explanação da conselheira, ficou definido que seria organizado uma nova reunião para maiores esclarecimentos sobre o PRONATEC.

<sup>26</sup> Foi criado pelo Governo Federal, em 2011, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (mandato de 01º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2011, filiado pelo Partido dos Trabalhadores – PT) por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/inscricao/>>. Acesso em: mar. 2017.

<sup>27</sup> O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite, foi lançado no dia 17 de novembro de 2011 (Decreto Nº 7.612) pela presidenta Dilma Rousseff (mandato 01º de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016, filiada ao Partido dos Trabalhadores - PT), com o objetivo de implementar novas iniciativas e intensificar ações desenvolvidas pelo governo em benefício das pessoas com deficiência (bolsa formação, benefícios, plano Minha Casa Minha Vida adaptáveis, linhas de créditos, entre outras ações). Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/viver-sem-limite>>. Acesso em: mar. 2017.

A mesma conselheira deu continuidade, solicitando uma data para a participação da Gerente de Educação Inclusiva na reunião do conselho, com o intuito de explicar sobre a negativa de matrícula de crianças e adolescentes com deficiência em escolas particulares. A própria conselheira ficou de agendar uma data e horário para a reunião e repassar ao conselho. Porém, não há registros de que esta reunião tenha ocorrido nas atas seguintes. Outrossim, indica-se aqui a ausência de qualquer referência à educação dos sujeitos com deficiência na escola regular pública. Não existiria demandas para esse “setor”?

Na reunião do dia 11/08/2014, fizeram-se presentes representantes não governamentais das associações ACIC, APAE, AFLODEF, ASGF e AHESC, representantes governamentais das SEMAS, SME, SMMU e IGEOF, além do convidado representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. O tema abordado neste dia deu sequência à discussão da ata mencionada anteriormente, o Plano Viver sem Limites do PRONATEC.

O convidado faz a fala inicial do dia apontando que

[...] por lei, o PRONATEC tem que assegurar vagas de capacitação para as pessoas com Deficiência. Conversou com o Conselho Estadual de Educação, que indicou algumas possibilidades. Pediram apoio da FCEE, pois a instituição tem experiência com o mercado de trabalho e faz encaminhamentos de Pessoas com deficiência para o mesmo. Colocou que estabeleceram parcerias com o Governo Federal e Estadual para troca de experiências, pois trata-se de um projeto novo que está se estruturando. O programa beneficia milhões de Brasileiros, que precisaram se capacitar para o mercado. Trouxe informações do Censo 2010, referente à pessoa com deficiência no Estado de Santa Catarina, revelando que 21,3 % da população do estado possui algum tipo de deficiência e quarenta mil pessoas recebem o BPC – Benefício Prestação Continuada de um salário mínimo por mês. Existem limites de ordem para esta capacitação, por que ainda não tem um estudo sobre o mercado e muitas vezes o próprio contratante não sabe o que pode oferecer de trabalho a pessoa com deficiência O convidado solicitou ajuda do Conselho para incluir pessoas com deficiência no PRONATEC. Explicou ainda que a contratação de pessoas com deficiência para o mercado de trabalho ou como aprendizes, caso seja contratado, a pessoa não perde o benefício (BPC). Ressaltou que Florianópolis possui aproximadamente 1.140 pessoas beneficiárias do BPC. (ATA do dia 11 de agosto de 2014)

Nesta fala, evidencia-se os dois pilares das políticas educacionais “inclusivas”, conforme indicado pelas autoras Garcia e Michels (2014): a preocupação com a distribuição de renda por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o foco na ampliação do número de alunos regularmente matriculados no sistema educacional no PRONATEC.

Como deliberação nesta reunião, ficou decidido a elaboração de uma cartilha com informações sobre o PRONATEC e o Plano Viver sem Limites. Não há registros que confirmem o encaminhamento da decisão dos conselheiros.

É importante frisar que nas duas reuniões relacionados ao tema Educação, somente uma teve a presença do representante da SME, e sua participação, aparentemente, foi apática, pois não se tem relatos das falas deste conselheiro.

Diante das análises realizadas sobre esta temática, nota-se a preocupação fundante dos conselheiros em relação à formação técnica e profissional, demonstrando a preocupação quanto a inserção dos sujeitos deficientes no mercado de trabalho.

Outro fato, diz respeito a descontinuidade nos procedimentos deliberados pelo CMDPD, ficando todas as decisões em aberto e, nos parece, sem resultados efetivos, pois os assuntos não são retomados em atas seguintes.

Chama atenção também, as poucas discussões acerca da questão sobre Educação neste conselho, sugerindo e instigando questionamentos como, por exemplo, a Educação não é vista como direito pelos conselheiros? Se a discussão não acontece neste conselho, qual seria o lugar deste debate? No Conselho de Educação do Município de Florianópolis (CEM), talvez?

Quando nos questionamos a respeito disto, outras indagações manifestam-se: seriam estas associações privado assistenciais que deveriam propor, discutir, definir, os encaminhamentos da Educação para os sujeitos deficientes? E a participação da comunidade? E a representação e participação dos movimentos sociais da pessoa com deficiência nesta temática? A temática “Educação” refere-se somente aos adultos? Onde e como são ratados os temas relacionados a educação básica? Este conselho não debate ou propõe questões educacionais para as crianças com deficiência?

## 4 CONSIDERAÇÕES

Propomos, com esta pesquisa, apresentar as demandas, disputas e reivindicações que chegam ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD) no município de Florianópolis, especificamente aquelas relacionadas, direta ou indiretamente, com a educação dos sujeitos deficientes. Procuramos refletir sobre os limites e possibilidades na ação deste conselho no que se refere aos assuntos relacionados à educação.

Para isto, foi necessário compreender como se constituiu historicamente e legalmente os conselhos e, em particular, o CMDPD em Florianópolis; quais sujeito ou instituições compõem o conselho; apreender quais temas foram mais recorrentes nas reuniões deste conselho; e de como a temática Educação foi apresentada pelos conselheiros e, em decorrência disso, quais ações foram desencadeadas.

Inicialmente, realizamos um balanço de produção acadêmica do qual selecionamos 19 trabalhos disponíveis nas plataformas: ANPED Nacional, ANPED-Sul, Scielo.org, Scielo.br e CAPES, a partir dos descritores: "Conselho Municipal"; "Conselho municipal de educação"; "Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência"; "Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência" e "Educação Especial e Conselho municipal de Educação". Observamos que estes artigos, teses e dissertações discutem sobre a atuação dos conselhos, a representatividade, a participação dos conselheiros e o controle social das políticas públicas.

Após este balanço, analisamos 17 atas de reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com deficiência de Florianópolis (CMDPD), correspondente ao período de 09 de dezembro de 2013 à 08 de agosto de 2016. Destaca-se, porém, que em 2015 (ano em que não há registros de atas disponíveis), somente 4 reuniões aconteceram, segundo informações dos servidores e secretários executivos do conselho. A justificativa se deve pela falta de intérpretes de LIBRAS e acessibilidade, ocorrendo no cancelamento das atividades do conselho neste ano pelo MPSC.

Essa análise das atas nos permitiu identificar os temas recorrentes nas reuniões deste conselho, quais sejam: a organização do conselho, incluindo matérias do tipo: estrutura física, comissões, regimento interno, eleições e capacitação dos conselheiros; assuntos relacionados a falta de intérprete de LIBRAS; preocupação com a representatividade do CMDPD; Passe-Livre e Educação; e, ainda, verificar as presenças e participação dos conselheiros.

Reconhecemos os conselhos municipais como espaços democráticos representativos, de fiscalização, de discussões sobre os direitos dos sujeitos, uma esfera de luta marcada pelos movimentos sociais e que exprimem uma relação direta entre a comunidade e o poder público.

Entretanto, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência em Florianópolis parece não compreender a importância deste espaço constituído historicamente.

Dentre as principais funções a serem desenvolvidas pelo CMDPD está a de estimular, apoiar e desenvolver estudos e diagnosticar a situação e problemas das pessoas com deficiência; formular, de maneira articulada com as secretarias, políticas municipais de atendimento à pessoa com deficiência; elaborar e divulgar material sobre a situação econômica, social, política e cultural das pessoas com deficiência, bem como, de seus direitos formais e garantias.

Analisando os conteúdos das discussões descritos em atas, percebemos que as funções não estão em consonância com a ação efetiva do conselho. Podemos citar, por exemplo, o tópico relacionado em apoiar e desenvolver estudos e diagnósticos da situação e problemas das pessoas com deficiência, não sendo registradas discussões sobre este tema e/ou deliberações para a formação de uma comissão ou composição de grupos de trabalho. Como hipótese a não abordagem deste assunto no CMDPD, inferimos que temas recorrentes, como a organização do conselho, ocuparam muitas das reuniões analisadas.

Diante disso, o tópico referente a formular, de maneira articulada com as secretarias, políticas municipais de atendimento à pessoa com deficiência, torna-se ineficiente, visto que a função anterior não foi devidamente desempenhada. Ainda assim, seria suficiente diagnosticar e discutir, neste conselho, os problemas enfrentados pelos sujeitos deficientes? Este encaminhamento não levaria mais diretamente a soluções dos problemas individuais que coletivos?

Quanto ao material de divulgação da atual situação dos direitos da pessoa com deficiência, verificamos haver uma preocupação no tocante à representatividade do conselho, o qual procura meios para divulgar e informar suas atividades. A preocupação mira uma espécie de “propaganda” do próprio CMDPD e não da divulgação dos direitos dos sujeitos com deficiência. Cabe lembrar que o conselho trata destes direitos formais, competindo-lhe, além de fiscalizar, propagá-los, bem como, propor e (re)formular as políticas públicas do município. Enquanto isso, temas como passe livre, negação de matrículas nas escolas privadas, entre outros, foram tratados nas reuniões, porém, sem relação direta às funções alusivas ao conselho.

No que tange a presença dos conselheiros, notoriamente, destaca-se a participação em número superior dos representantes das associações privado assistências nas reuniões. Em regra, a sociedade civil deve ser representada por pessoas da comunidade, fato este não verificado na representação do CMDPD. Sua representatividade ocorre por meio de

associações, cujos interesses institucionais podem fragilizar e sobrepor-se à representação da coletividade dos sujeitos deficientes, pondo em cheque a atuação destes conselheiros, já que suas ações devem estar direcionadas para demandas gerais das pessoas com deficiência e não para questões e resoluções de problemas de seus associados.

Mas, apesar dos registros apresentarem número superior de conselheiros da sociedade civil nas plenárias e reuniões, destaca-se as decisões e imposições – em tom quase que autoritário, dos conselheiros da SEMAS, determinando o funcionamento do conselho. E isto fere uma das características fundamentais dos conselhos - o controle social, ou seja, a fiscalização da sociedade civil em “defesa do interesse público” (BRASÍLIA, 2013. p. 14) diante das ações do poder público nas políticas públicas.

No que concerne aos temas abordados pelos conselheiros, notamos que a discussão em torno da organização do conselho tomou grande parte das reuniões registradas em ata, prevalecendo questões de cunho burocrático como, por exemplo, a revisão e a leitura do Regimento Interno, a formação de comissões, eleições e capacitação de conselheiros.

Enfatizamos que o conselho se instituiu legalmente a partir do ano de 2006 e, desde então, mantém sua estrutura administrativa. Apesar disto, houve mudança dos representantes do Poder Executivo, motivados pela alternância dos mandatários na Prefeitura Municipal, além das eleições, a cada dois anos, da mesa diretora do conselho. Essas modificações podem ter fragilizado o próprio conselho. Porém, mesmo diante desta volatilidade, não se justifica esses longos períodos de discussões sobre sua organização, deixando assim de debater sobre questões que tratam, pelo menos, dos direitos formais e das reivindicações dos deficientes.

Outro fator a ser destacado são os assuntos relacionados a acessibilidade, incidindo na ausência recorrente de intérpretes de LIBRAS e nos apontamentos dos problemas com relação a infraestrutura do conselho – promovendo, assim, cancelamento de plenárias e frequências insuficientes dos conselheiros. Isto nos permite refletir sobre este espaço constituído legalmente como de direitos, entretanto, não é capaz de garantir e assegurar a acessibilidade de seus membros participantes. Esta ocorrência causa preocupação em relação aos espaços de acesso público na cidade de Florianópolis e de como são atendidos os cidadãos deficientes, uma vez que, o local destinado às suas reivindicações e demandas não possuem a acessibilidade necessária. Ressaltamos também o descaso do poder público que contribuí para fragilizar a estrutura, demonstrando a falta de importância deste conselho para a administração pública, mesmo sabendo que, ao fim e ao cabo, a decisão cabe ao poder público.

A Educação foi tema sugerido em somente duas das 17 reuniões, conforme as atas disponibilizadas, e ambas ocorreram no ano de 2014. Uma delas abordou a formação técnica e profissional – demonstrando a preocupação quanto a inserção dos sujeitos deficientes no mercado de trabalho –além de uma discussão sucinta acerca da negativa de matrículas dos alunos deficientes em escolas privadas. O teor dessas temáticas – apresentadas ao CMDPD pelos conselheiros representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social –nos indica que este não é um espaço de debate sobre o tema Educação, a notar pela pouca expressão do assunto. Ressaltamos ainda a participação da Secretaria Municipal de Educação, cujo comparecimento ocorreu em apenas uma das duas reuniões, ocasião em que foram tratados assuntos que direta ou indiretamente estavam relacionados à educação.

Diante do exposto, identificamos que a temática Educação neste conselho não atende as demandas, por exemplo, das crianças e adolescentes deficientes matriculados na educação básica na rede pública do município. Outro fator está na preocupação na relação da Educação para o trabalho e não para formação que corresponda ao desenvolvimento integral, humano e emancipador dos sujeitos.

Tentamos, por intermédio desta pesquisa, verificar os limites e as possibilidades de ação do CMDPD, com foco central na temática Educação. Como visto, esta não parece ser a questão cerne deste conselho. Compreendemos este espaço como uma possibilidade real das conquistas de direitos, porém não encontramos estes encaminhamentos que poderiam implicar em mudanças ou transformações sociais.

Compreender esses espaços, conhecer os seus representantes e os discursos que tratam da educação dos sujeitos deficientes foi, para nós, um desafio, pois o CMDPD em Florianópolis andou na contramão do que imaginávamos encontrar nessa pesquisa.

De início, concebíamos este conselho como um espaço representativo da comunidade, onde as pessoas do município exercem sua função de cidadãos conscientes dos seus direitos, mesmo que somente os direitos formais, e engajados nos movimentos sociais. Percebemos, agora, que são outros os interesses em disputa. A disputa aqui continua sendo entre a relação Capital X Trabalho; entre classe trabalhadora x burguesia. Como afirma Mézarós (2008) a luta necessariamente precisa ser pensada para além do capital e não por dentro dele.

Esta pesquisa nos orientou no sentido de pensar sobre a postura do profissional da área de Educação, voltando-se ao reconhecimento destes espaços de direito, de mobilização e na busca pela participação e autonomia dos sujeitos deficientes. Acreditamos que as competências dos professores vão além da relação ensino-aprendizagem, devem adotar uma postura que contribua em refletir uma atitude diferente a seus alunos, pois entendemos que os

processos formativos estão para além da sala de aula, ocorrendo, por exemplo, dentro dos conselhos.

É de conhecimento que as lutas dos movimentos sociais serviram de base para a criação dos conselhos, constituídos legalmente a partir da Constituição Federal de 1988. Os conselhos são representações das conquistas advindas dos movimentos sociais, visando uma mudança social com base em lutas e reivindicações da sociedade civil frente ao Estado e atuando ao fiscalizar e deliberar ações de direitos públicos em seus diversos setores (saúde, educação, transporte, etc.).

Como limites relacionados ao tema educação, atentando-se às atas, percebemos o pouco tempo destinado ao assunto pelo conselho, parecendo não despertar o interesse dos conselheiros. Outro fator problemático, em nossa percepção, está na pouca representatividade e participação da Secretaria Municipal de Educação, atuando em apenas uma das duas reuniões e de maneira apática, deixando de opinar ou sugerir deliberações. A descontinuidade das ações definidas para tratativas de solução nesse tema é mais um fator preocupante, cujas atuações se concentraram no discurso e não na efetivação do cumprimento, pelo menos, dos direitos formais. Apesar da representatividade da Secretaria Municipal de Educação no conselho, as demandas nos assuntos referentes a Educação ficavam a encargo dos representantes das associações privado assistenciais e, como visto, se voltam para questões de outra ordem.

A Educação, como direito dos sujeitos deficientes, também se deu por meio de lutas e dos movimentos sociais dos deficientes e, considerando o conselho como um desses espaços, a Educação deve ser assunto recorrente. A temática não pode ser exclusiva do Conselho de Educação do Município de Florianópolis, mas também ser discutida no CMDPD, já que as tratativas dos assuntos relacionados aos direitos da pessoa com deficiência também se fazem nesse conselho.

Acreditamos na intervenção desse conselho em ações efetivas referentes à Educação, contanto que seus conselheiros reconheçam as necessidades dos sujeitos deficientes nessa área e que sejam estimulados a atuar em cooperação com outras instâncias, fortalecendo assim sua representatividade. O Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência em Florianópolis, não deve ser considerado como mera instância consultiva e opinativa. É preciso ter consciência de sua responsabilidade e da importância desse espaço de representação de conquistas.

Por fim, reconhecemos este espaço como de permanência das relações sociais vigente, não um espaço de lutas e de representatividade dos movimentos sociais. Mesmo com os indicativos de mudanças nas atitudes dos conselheiros e nos caminhos apontados

anteriormente como possíveis possibilidades no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência em Florianópolis, temos clareza de que isso não refletiria em uma transformação social, uma vez que as relações estão estabelecidas inserem os conselhos para as suas aspirações, para a manutenção dessas mesmas relações.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla; CARLOS, Euzenia e SILVA, Rafaela da. **Efetividade da participação nos conselhos municipais de assistência social do Brasil**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 22, nº 2, agosto, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v22n2/1807-0191-op-22-2-0250.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.
- ANDRADE, Edson Francisco. **Instâncias de participação na gestão do sistema municipal de ensino: possibilidades e perplexidades no processo de democratização**. Educar em revista. no.37 Curitiba Aug./Mai 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602010000200017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000200017)>. Acesso em: mar. 2017.
- ARAÚJO, Jair Jonko e LEITE, Maria Cecília Lorea. **A efetivação dos conselhos como órgãos de democratização da gestão escolar**. Reunião Científica Regional da ANPED 2010. Eixo: Políticas Públicas e Gestão Educacional. Disponível em: <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Políticas\\_Publicas\\_e\\_Gestao\\_Educacional/Trabalho/08\\_19\\_26\\_A\\_efetivacao\\_dos\\_conselhos\\_como\\_orgaos\\_de\\_democratizacao\\_da\\_gestao\\_escolar..PDF](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Políticas_Publicas_e_Gestao_Educacional/Trabalho/08_19_26_A_efetivacao_dos_conselhos_como_orgaos_de_democratizacao_da_gestao_escolar..PDF)>. Acesso em: mar. 2017.
- BENELLI, Sílvio José e COSTA-ROSA, Abílio da. **Conselhos municipais: prática e impasses no cenário contemporâneo**. Psicol. estud. [online]. 2012, vol.17, n.4, pp.577-586. ISSN 1413-7372. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722012000400004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722012000400004&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: mar. 2017.
- BITENCOURT, Alcina Jacil Alves e LUCE, Maria Beatriz. **Tecendo uma cultura de participação: Conselho Municipal de Educação e Conselho Escolar em reflexão-ação pela gestão democrática na escola pública**. Reunião Científica Regional da ANPED 2010. Eixo: Estado e Políticas Educacionais. Disponível em: <[http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/eixo4\\_ALCINA-JACIL-ALVES-BITENCOURT-MARIA-BEATRIZ-LUCE.pdf](http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/eixo4_ALCINA-JACIL-ALVES-BITENCOURT-MARIA-BEATRIZ-LUCE.pdf)>. Acesso em: mar. 2017.
- BRASIL, Portal da Transparência Governo Federal. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. **Controle Social – conselhos municipais e controle social**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlesocial/ConselhosMunicipaiseControleSocial.asp>>. Acesso em: 07 mar. 2017a.
- BRASIL, Portal da Transparência Governo Federal. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. **Controle Social**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlesocial/>>. Acesso em: 07 mar. 2017b.
- BRASIL. CNE. CEB. (2001) **Resolução n. 2**, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: mar. 2016a.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Composição**. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conade/sobre-o-conade/composicao>>. Acesso em: abr. 2017c.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Regimento Interno**. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conade/sobre-o-conade/regimento-interno>>. Acesso em: abr. 2017d.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília. Ministério da Educação. Brasília, janeiro de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: mar. 2016b.

BRASÍLIA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Conselho Nacional de Assistência Social. **CANS – Conselho nacional de assistência social**. Cartilha SUAS 1. Orientações Acerca dos Conselhos e do Controle Social da Política Pública de Assistência Social. Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.emater.tcche.br/site/social/arquivos/controle/Orienta%C3%A7%C3%A3o%20Acerca%20dos%20Conselhos.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

BRASÍLIA, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Direitos Humanos Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Cartilha orientadora para criação e funcionamento dos conselhos de direitos da pessoa com deficiência**. 2º Edição Revista e Atualizada. 2012. Disponível em: <<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/CEDEF/cartilhaorientadoracac.pdf>>. Acesso em: abr. 2017.

CORTE, Marilene Gabriel Dalla; COSTA, Joacir Marques da; SILVA, Francine Mendonça da e TORMES, Diego Dartagnan da Silva. **A conjuntura dos conselhos municipais de educação da Amcentro/RS: análise e [re]articulações**. Reunião Científica Regional da ANPED 2014. Eixo: Políticas Públicas e Gestão Educacional. Disponível em: <[http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/754-1.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/754-1.pdf)>. Acesso em: mar. 2017.

CRESPO, A. M. M. **Da invisibilidade à construção da própria cidadania: Os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes**. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

D'ÁVILA, Eduardo da Costa Pinto. **Políticas educacionais e a participação em conselhos: um estudo de caso através da entrada do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE/RJ) no Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental (GIEA/RJ)**. Reunião Científica da ANPED 2015. Eixo: Educação Ambiental. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt22-4075.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2012.  
DUARTE, Marisa R. T.. **O conceito de controle social e a vinculação de recursos à educação**. Reunião Científica da ANPED 2006. Eixo: Estado e Política Educacional. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt05-2087.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. **Conselhos municipais**: participação, efetividade e institucionalização - a influência do contexto político na dinâmica dos conselhos – os casos de Porto Alegre e Salvador. CADERNOS EBAPE. BR, v. 8, nº 3, artigo 4, Rio de Janeiro, Set. 2010. Disponível em:  
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5166/3900>>. Acesso em: mar. 2017.

FERNANDES, Márcia Alessandra de Souza. **Conselho municipal de educação**: figurações, interdependências e políticas de educação especial. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. 2016. Disponível em:  
<[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_9795\\_Dissertacao.%20Marcia%20Alessandra%20de%20Souza%20Fernandes.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9795_Dissertacao.%20Marcia%20Alessandra%20de%20Souza%20Fernandes.pdf)>. Acesso em: mar. 2017.

FLORIANÓPOLIS. Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Regimento Interno**. Disponível em:  
<[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/28\\_11\\_2009\\_17.40.39.9930b6cb81908cd1e91b5a95cd01b2a6.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/28_11_2009_17.40.39.9930b6cb81908cd1e91b5a95cd01b2a6.pdf)>. Acesso em: 07 dez. 2016a.

FLORIANÓPOLIS. **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Florianópolis**. Disponível em:  
<<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?cms=cmdpd>>. Acesso em: mar. 2016b.

FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 7.213/2006**. Dispõe sobre a criação, composição, atribuições e funcionamento do conselho municipal dos direitos da pessoa com deficiência e dá outras providências. Florianópolis, 2006. Disponível em:  
<[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/28\\_11\\_2009\\_17.39.44.54bb88e8c2b945786a3b9784305072e1.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/28_11_2009_17.39.44.54bb88e8c2b945786a3b9784305072e1.pdf)>. Acesso em: 07 dez. 2016c.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso e MICHELS, Maria Helena. **A emergência do termo “Sistema Educacional Inclusivo” e suas implicações na política educacional brasileira**. Reunião Científica Regional da ANPED 2014, Eixo: Educação Especial. Disponível em:  
<[http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/1412-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1412-0.pdf)>. Acesso em: abr. 2017.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v. 18 n. 52 jan.-mar, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e gestão pública**. Ciências Sociais Unisinos 42(1):5-11, jan/abr 2006. Disponível em:  
[http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/6008](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/6008). Acesso em: jun. 2017.

GOMES, Eduardo Granha Magalhães. **Conselhos gestores de políticas públicas**: aspectos teóricos sobre o potencial de controle social democrático e eficiente. Cad. EBAPE.BR, v. 13, nº 4, Artigo 12, Rio de Janeiro, Out./Dez. 2015. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v13n4/1679-3951-cebape-13-04-00894.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

GUIMARÃES, Carlos Augusto Sant’Anna. **Participação sociopolítica e governança democrática**: o papel dos conselhos municipais de educação na gestão e implementação da política educacional. Reunião Científica da ANPED 2007. Eixo: Estado e Políticas

Educacional. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT05-3032--Int.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3ª edição. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012.

JÚNIOR, Lanna e MARTINS, Mário Cléber. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: <<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/publicacoesdeficiente/historia%20movimento%20politico%20pcd%20brasil.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas**. São Paulo: Loyola, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MICHEL, Maria Helena e LEHMKUHL, Márcia de Souza. **Movimentos sociais e educação especial: reflexões a partir de um balanço de produção**. Reunião Científica Regional da ANPED 2016, Eixo 22 – Educação Especial Trabalho Encomendado. Disponível em: <<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-22-Educa%C3%A7%C3%A3o-Especial.pdf>>. Acesso em: agost. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Socialismo e democracia no Marxismo de Carlos Nelson Coutinho (1943-2012)**. São Paulo: Lua Nova, 88: 11-21, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n88/a02n88.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

OLIVEIRA, Ketiane Assmann Miranda de Oliveira. **O conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente e sua contribuição na implementação do estatuto da criança e do adolescente no município de Lages- SC**. Reunião Científica Regional da ANPED 2010. Eixo: Políticas Públicas e Gestão Educacional. Disponível em: <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Políticas\\_Publicas\\_e\\_Gestao\\_Educacional/Trabalho/07\\_51\\_31\\_O\\_CONSELHO\\_MUNICIPAL.PDF](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Políticas_Publicas_e_Gestao_Educacional/Trabalho/07_51_31_O_CONSELHO_MUNICIPAL.PDF)>. Acesso em: mar. 2017.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PEREIRA, Sueli Menezes e OLIVEIRA, Oséias Santos de. **Constituição e funcionamento do Conselho Municipal de Educação frente ao processo de democratização da gestão: um estudo dos municípios de Santa Maria e Santa Rosa/RS**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, p. 651-678, jul./set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n72/a10v19n72.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

PINHO, Maria Teresa Buonomo de. **Ideologia, educação e emancipação humana em marx, lukács e mészáros**. Disponível em: <<http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/51T.pdf>>. Acesso em: agost. 2016.

RIBEIRO, Carla Carolina. **A importância da educação no processo de formação humana do sujeito deficiente**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação, Comunicação e Artes da UEL – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2012.

SILVA, Abelardo Coelho da. **Os sentidos da participação no Conselho Estadual dos direitos das pessoas com deficiência do Ceará**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, 2013. Disponível em:  
<[http://uece.br/politicasuece/dmdocuments/abelardo\\_coelho.pdf](http://uece.br/politicasuece/dmdocuments/abelardo_coelho.pdf)>. Acesso em: mar. 2017.

SILVA, Ana Cristina Cardoso da. **Organizações de e para pessoas com deficiência no município de São Carlos - SP: tecendo fios de histórias, conquistas e desafio**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2016. Disponível em:  
<<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7838/DissACCS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: mar. 2017.

SOUZA, Donaldo Bello de e VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **Os Conselhos Municipais de Educação no Brasil: um balanço das referências nacionais (1996-2002)**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. [online]. 2006, vol.14, n.50, pp.39-56. ISSN 0104-4036. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000100004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000100004&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: mar. 2017.

TEXEIRA, Lúcia Helena G. **Conselhos municipais de educação: autonomia e democratização do ensino**. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 691-708, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a09v34123.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

VIEGAS, Luciane Torezan. **Educação especial no Rio Grande Do Sul: o conselho estadual de educação e as legislações atuais**. Reunião Científica Regional da ANPED 2008. Eixo: Educação Especial. Disponível em:  
<[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2008/Educacao\\_Especial/Trabalho/04\\_41\\_11\\_Educacao\\_Especial\\_no\\_Rio\\_Grande\\_do\\_Sul\\_\\_o\\_Conselho\\_Estadual\\_.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2008/Educacao_Especial/Trabalho/04_41_11_Educacao_Especial_no_Rio_Grande_do_Sul__o_Conselho_Estadual_.pdf)>. Acesso em: mar. 2017.

## APÊNDICES

## APÊNDICEA: PLANILHA RESUMIDA DAS ATAS DO CMDPD EM FLORIANÓPOLIS

Data	Participantes	Faltantes	Tema central da reunião	Discussões	Deliberações Gerais
09/12/2013	Edevaldo Silva Raupp (AFLOREM) - presidente, Daiane Rizieli Voks (AHESC), Maria Eloisa Macedo (SME/GEI), Cristina Gonçalves dos Santos (SEMAS), Fernanda Ferreira Porto (SEMAS), Marco Avíla Ramos (IPUF), Jussara Rosa Silva (SEMAS/SEPREDI), Patrícia Borges Furtado (AFLODEF), Kelly Cristina Aguiar (AFLODEF), Victorino Ehama Mbala Elima (ACIC), Alexandra Silva (APAE), os convidados: Gerdfriedt....(ACIC), Aline Souza (GAPA/SC), Vania Guareski Souto (CMAS) e a Secretária Executiva do CMDPD Selma Bastos	- ASGF; - Não fica claro a quantidade de governantes faltantes, mas foi destacada a preocupação na ATA: “Foi discutido ainda, quanto as faltas dos demais conselheiros que não estão justificando, principalmente governamental.”	- Controle social;  - Comissões;  -Casa dos conselheiros	- Controle Social: “Vânia iniciou a fala dizendo que o Conselho é responsável pelo Controle Social, enfatizou que o controle social é o direito da sociedade civil na formulação de políticas públicas, ressaltou ainda que o CMDPD é um conselho de direitos e não setorial, ou seja, atua em várias políticas e que a defesa dos direitos é sua principal ação. Ressaltou ainda, que o conselho deve ter representatividade junto as entidades e a sociedade.”  - Comissões: “Vânia explicou que o conselho só funciona se tiver comissões e que é importante o conselho ter uma comissão de denúncias.”  - Casa dos Conselhos: “Senhor Edevaldo comentou ainda, sobre a Casa dos Conselhos que precisa de mais estrutura, segurança e oferece restrição de trabalho quando tem eventos na Passarela Nego Quirido.”	- Comissões: “Sugeri que primeiro seja montada a comissão de normas para atualizar o Regimento Interno e partir disso, criar grupos e demais comissões necessárias para o funcionamento do conselho, enfatizou a importância de as comissões serem sempre paritárias.”  - Casa dos Conselhos: “A conselheira Patrícia comentou que Beth Bahia informou no Fórum de Políticas Públicas que seria enviado um ofício dizendo que a casa não tem condições físicas para abrigar os Conselhos de Direito de Florianópolis.”
10/04/2014	Sandra pisani (IGOF),	Nota-se o peso maior	- Leitura e	- Regimento interno: “Dando	Neste dia foram discutidas pontos para

	<p>Gerfried Tribeer (ACIC), Edevaldo Silva Raupp (AFLOREM), Maisa Butemberg Vieira (AHESC), Aurina P. Vieira (SMMU), Maria Eloisa Macedo (PMF/SME/GEI), Irina Galvilinsk Duarte (APARG), Artur Manadelli (ACIC), Karine Amorim dos Anjos (ACIC), Leandro Gonzaga (ACIC), Alexandra Silva (APAE), Juçara Rosa Silva (SEPREDI/PMF), Cristina G. dos Santos (SEMAS), Jessica Brejer (APAR), Agnes Scheveitzer Pereira (SEPREDI/PMF), Cleo Jefesson da Silva (ASGF), Vitcorino Ehama Mbala Elima (ACIC), Patricia B. Furtado (AFLODEF), Daiane Riziele Voks (AHESC), com a participação das Intérpretes de Libras, Paula Cecília (FCEE)</p>	<p>de presença dos representantes das instituições da Sociedade Civil. Identifica-se, ainda, que neste dia estavam presentes 4 representantes da ACIC.</p>	<p>aprovação do Regimento interno;</p> <p>- Formação de Comissões;</p>	<p>continuidade a Conselheira Juçara começou a apresentação do novo Regimento Interno para apreciação de todos. Comentou-se das dificuldades da alteração, citando o fato de que a Conselheira Kelly, ajudou estudando o Regimento e justando a lei Municipal número sete mil duzentos e treze. A conselheira Cristina informou que nem todas as correções poderiam ser feitas como sugeridas pois o Regimento segue os moldes do CONADE.”</p>	<p>serem alterados no regimento interno, por tomar todo o tempo da reunião, as outras demandas ficaram para o próximo encontro, quanto ao regimento, por se tratar de urgência foi agendada uma sessão extraordinária para votação do mesmo.</p>
14/04/2014	<p>Edevaldo da Silva Raupp (AFLOREM),</p>	<p>Novamente, nota-se participação da</p>	<p>- Leitura e aprovação do</p>	<p>- Regimento Interno: “a Conselheira Juçara começou a apresentação do novo</p>	<p>- Regimento Interno: “Por motivo da leitura do Regimento Interno ter tomado</p>

	<p>Cristina Gonsalves dos Santos (SEMAS), Maria Eleoisa de Macêdo (PMF/SME/GEI), Alexandra Silva (APAE), Aurina P. Vieira (SMMU), Cleo Jefferson da Silva (ARGEF), Victorino Ehama Mbala Elima (ACIC), Daiane Rizieli Volks (AHESC), Patricia B Furtado (AFLODEF), Sandra Pizani (IGEOF). Os conselheiros suplentes: Artur Mandelli (ACIC), Maiza Butemberg Vieira (AHESC). A Secretária Executiva Selma Bastos (SEMAS) e convidados: Gerfid Tribeer (ACIC), Irina G. Duarte (ARPORGF), Karine Amorim dos Anjos (ACIC), Leandro Gonzaga (ACIC), Jessica Bieger (APAR), Agnes Scheveitzer Pereira (SEPREDI/UFS C) ainda a participação da Intérprete de Libras, Paula Cecília (FCEE).</p>	<p>maioria das instituições representado a Sociedade Civil.</p>	<p>Regimento Interno;</p> <p>- Formação de Comissões;</p> <p>- Informes</p>	<p>Regimento Interno para apreciação de todos. Comentou-se das dificuldades da alteração, citando o fato de que a Conselheira Kelly, ajudou estudando o Regimento e ajustando a lei Municipal número sete mil duzentos e treze do ano de dois mil e seis A conselheira Cristina informou que nem todas as correções poderiam ser feitas como sugeridas, pois o Regimento segue os moldes do CONADE e a lei encontra-se desatualizada. A Conselheira Kelly ressaltou que deveria ser seguido a lei sete mil duzentos e treze do ano de dois mil e seis e posteriormente, alterar a lei para ficar de acordo com o CONADE, para que se possa também alterar o regimento interno.”</p> <p>- Informes: “foi comunicado sobre a participação do conselho junto as reuniões da Comissão Municipal dos Direitos da pessoa com Deficiência do vereador Edmilson, e a importância desta participação.”</p>	<p>todo o tempo da Plenária, ficou acordado entre os presentes que as demais pautas seriam discutidas na próxima Plenária dia doze de Maio, porém por consenso geral dos mesmos e decidiu-se que por considerar o Regimento Interno uma urgência, ficaria marcado uma Plenária Extraordinária para o dia cinco Do mês de Maio, onde seria discutida a resolução e aprovação do novo Regimento Interno.”</p> <p>- Informes: “O Presidente Senhor Edevaldo sugeriu convidar a secretária Executiva da Comissão para as próximas Plenárias, juntamente com o Vereador Edmilson, lembrado pela secretária Selma que o convite já havia sido feito.”</p>
09/05/2014	<p>Edevaldo da Silva Raupp (AFLOREM),</p>	<p>De novo, nota-se participação da</p>	<p>- Regimento Interno</p>	<p>- Nova leitura e aprovação do regimento.</p>	<p>A reunião foi interrompida pelo tempo e pela saída do intérprete de LIBRAS.</p>

	<p>Cristi-na Gonçalves dos santos (SEMAS), Maria Eloisa de Macêdo (PMF/SME/GEI), Alexandra Silva (APAE), Juçara Rosa Silva (SEPREDI/SEMAS/PM F), Kelly Cristina Aguiar (AFLODEF), Victorino Ehama Mbala Elima (ACIC). Os Conselhos suplentes: Eduardo Pereira Dahas (ASGF), o Secretário Executivo Claudio Clarindo (SEMAS) e os convidados: Sandra Lucia Amorim (ASGF), Karen Bianchini (FCEE), Paula Cecília (FCEE), Agnes Scheveitzer (SEPREDI/UFSC).</p>	<p>maioria das instituições representada a Sociedade Civil.</p>			<p>Sem encaminhamentos.</p>
<p><b>14/07/2014</b></p>	<p>Edevaldo da Silva Raupp (AFLOREM), Cristina Gonçalves dos Santos (SEMAS), Alexandra Silva (APAE), Cléo Jeferson da Silva (ASGF), Victorino Ehama Mbala Elima (ACIC), Kelly Cristina de Aguiar (AFIODEF), Natalia</p>	<p>Apresentou ausência justificada a conselheira Juçara Rosa, enviada por e-mail ao conselho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conselhos (explicação);</li> <li>- Comissões;</li> <li>- Passe Livre;</li> <li>- Educação Inclusiva;</li> </ul>	<p>- Conselhos: “apresentação da Sra. Rita de Cássia Nunes (Assistente Social do Setor de Planejamento – SEMAS e vice-presidente do Conselho Municipal do Idoso), dando uma breve introdução das Atribuições dos Conselheiros e funcionamento das Comissões, explicou que iria se basear nas experiências do Conselho Municipal do Idoso. A convida explanou acerca da concepção e caracterização do conselho que é um</p>	<p>- Educação Inclusiva: “A conselheira Patrícia explica que gostaria de agendar para a próxima Plenária a participação de Estela e Marchetti (Gestor do Viver sem Limites em Santa Catarina), para apresentar o Plano Viver sem Limites. Sr. Edevaldo pergunta se pode colocar em pauta para próxima plenária o assunto do PRONATEC o que foi aprovado por todos, ficando apenas no aguardo da confirmação da conselheira</p>

	<p>Magali Costa (IGEOP). Os conselheiros suplentes Elzio do Espírito Santo (AFLODEF) e Patrícia Nalovaiko (IGEOP), Graziela Rios (PMF/GEI). O Secretário Executivo do CMDPD Claudio Clarindo e os convidados: Simone Marcelino Rodrigues (APAE), Irina Duarte (ARPO), Manuela Arent (AFLODEF), Roseli Pereira (SEMAS), Jessica Bierger (APAR), Leonardo Apolinário (CONEDE) e as intérpretes de Libras da (FCEE) Marilza Maria Bruch e Beatriz B. Nogueira</p>		<p>- Negativa de alunos deficientes em escolas particulares</p>	<p>grupo organizado de pessoas que representam segmentos e ou instituições governamentais e não governamentais, cuja composição deve ser paritária. Instância de controle social democrático, com autonomia para o exercício de suas funções e cumprimento de suas responsabilidades. Possui caráter deliberativo, propositivo, fiscalizador e formulador de políticas.”</p> <p>- Comissão: “as comissões permanentes, explicou sobre as atribuições das comissões de Normas e Fiscalização que faz a análise de denúncias de violação de Direitos, estudo e elaboração de instrumentos de regulação e de pareceres; realização de visitas de avaliação para inscrição, fiscalização e inspeção; aplicação de autos de infração; observância de adequação legal. Já a comissão de Políticas Públicas tem como objetivo analisar, parecer e proposição de ações, projetos e ou serviços relativos a demandas das pessoas com deficiência; observância da efetivação de direitos e formulação de diretrizes para execução das políticas públicas sociais. Explicou ainda, sobre as comissões de Finanças e Comunicação que fazem parte do Conselho do Idoso e que seria interessante os conselheiros ter conhecimento.</p> <p>- Educação Inclusiva: “A conselheira</p>	<p>Patrícia.”</p> <p>- Negativa de alunos deficientes em escolas particulares: “A conselheira Graziela solicitou uma data para a Gerente de Educação Inclusiva, Rosângela, explicar a respeito da negativa de crianças e adolescentes com deficiência em escolas particulares. A mesma ficou de agendar com o conselho a data, que inicialmente seria para a próxima Plenária.”</p> <p>- Comissão: “A conselheira Cristina apresentou a plenária, a proposta da Resolução nº 01/2014 que fala sobre as comissões permanentes. Informou que foram três comissões deliberadas na primeira plenária, realizada no dia quatro de outubro de dois mil e treze sendo: Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Normas, de Inscrição e Fiscalização. Ressaltou ainda que havia enviado a resolução nº 2, referente a comissão provisória para Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, porém foi realizado uma consulta junto ao CONADE e verificou-se que a próxima conferência será somente em 2016, sendo então, cancelada essa resolução. Quanto as comissões permanentes, ficou deliberado que haverá duas comissões: Política Públicas e de Normas, Inscrição e Fiscalização. Quanto a formação das</p>
--	--	--	---	--	--

			<p>Graziela menciona assunto referente a educação inclusiva, a conselheira Patrícia diz que precisa apresentar o sobre o Plano Viver sem Limites do PRONATEC e a conselheira Cristina solicita apresentação da Resolução das Comissões, sendo aprovado as inclusões de itens na pauta. A conselheira Patrícia inicia a apresentação sobre o Plano Viver sem Limites, explica que há pouca adesão das pessoas com deficiência e que o PRONATEC hoje está com vagas abertas para vários cursos, podendo a pessoa optar pelo curso que tem maior interesse. Segundo ela, os cursos possuem a carga horária de 42 a 60 hrs para recepcionista, auxiliar administrativo, eletricista, entre outros. Sr. Edevaldo pergunta se ela poderia encaminhar uma relação dos cursos ofertados, a conselheira Cristina diz que com esta relação podemos divulgar entre as entidades. A conselheira Kelly pede a palavra e fala a respeito do curso de libras que estará aberto a todos que tiverem interesse em participar a partir do mês de agosto no período noturno, através da ASGF, ficando de enviar toda programação do curso para o conselho divulgar. A conselheira Patrícia diz que a língua dos sinais, tem sido uma preocupação do CRAS em ter mais cursos para melhor comunicação com os surdos. O conselheiro Elzio sugere que esse curso deve ser repassado à todas as</p>	<p>comissões, deliberou-se nesse dia que seria enviado o material apresentado pela Assistente Social Rita para que todos lessem calmamente e escolhessem a comissão de interesse na próxima Plenária.”</p> <p>- Passe Livre: “A conselheira Kelly diz que este assunto em questão está em outra comissão, que a comissão do passe livre em parceria com a Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Câmara e que ele estava convidado a participar das próximas reuniões.” “Victorino pede a palavra bom na verdade e assim eu queria falar um assunto na condição de Conselheiro eu me sinto triste as vezes com algumas situações porque eu acho que a discussão das carteirinhas ela esta muito entre as duas entidades AFLODEF e ACIC eu tenho percebido que as vezes que esta discussão tem gerado mal estar entre as duas entidades o que não e bom não e bom mesmo e esta vindo para o Conselho também , o conselho esta vivendo esta discussão com isto vai acabar atrapalhando o trabalho do Conselho</p>
--	--	--	---	---

				entidades mesmo as que não fazem parte do conselho.”	
11/08/2014	<p>Edevaldo Silva Raupp (AFLOREM), Cristina Gonçalves dos Santos (SEMAS), Maria Eloíza de Macedo (PMF/SME/GEI), Alexandra Silva (APAE), Juçara Rosa Silva (SEPREDI/SEMAS/PMF), Aurina P. Vieira (PMF/SMMU), Patrícia Nalovaiko (PMF/IGEOF), Cléo Jeferson da Silva (ASGF). Os Conselheiros suplentes: Maisa Butemberg Vieira (AHESC) e Elzio do Espírito Santo Oliveira (AFLODEF), contou com a presença ainda do Secretário Executivo Claudio Clarindo e convidados: Marcondes Marchett (SST/SC), Fernanda Baggio (CMDDPD), Edmilson C. Pereira Junior (CMDDPD), Jessica Burger (APAR), Leandro de Oliveira (UFSC), Gerdfried</p>	<p>De novo, nota-se participação da maioria das instituições representado a Sociedade Civil.</p>	<p>- Plano Viver sem Limites (PRONATEC);  - Intérprete de LIBRAS</p>	<p>“Sr. Marcondes Marchett, que explanou acerca do Plano Viver sem Limites. Por lei, o PRONATEC tem que assegurar vagas de capacitação para as pessoas com Deficiência. Sr. Marcondes conversou com o Conselho Estadual de Educação, que indicou algumas possibilidades. Pediram apoio da FCEE, pois a instituição tem experiência com o mercado de trabalho e faz encaminhamentos de Pessoas com deficiência para o mesmo. Sr. Marcondes colocou que estabeleceram parcerias com o Governo Federal e Estadual para troca de experiências, pois trata-se de um projeto novo que está se estruturando. O programa beneficia milhões de Brasileiros, que precisaram se capacitar para o mercado. Trouxe informações do Censo 2010, referente à pessoa com deficiência no Estado de Santa Catarina, revelando que 21,3 % da população do estado possui algum tipo de deficiência e quarenta mil pessoas recebem o BPC – Benefício Prestação Continuada de um salário mínimo por mês. Existem limites de ordem para esta capacitação, por que ainda não tem um estudo sobre o mercado e muitas vezes o próprio contratante não sabe o que pode oferecer de trabalho a pessoa com deficiência O convidado solicitou ajuda do Conselho para incluir pessoas com</p>	<p>“Ficou acordado com a Dr<sup>a</sup>. Quésia uma reunião para o final de setembro com a participação das instituições que compõem o CMDPD. Sr. Edevaldo convidou o Sr. Marchett a participar da próxima reunião com Dra. Quésia para trocar experiências e discutir junto as demais instituições sobre o mercado de trabalho para pessoa com deficiência, uma vez que o PRONATEC é responsável pela capacitação dessas pessoas para a inserção no mercado. Sr. Edevaldo sugeriu a deliberação do lançamento de cartilha com informações sobre o PRONATEC, no entanto, a Conselheira Patrícia explica que haverá o lançamento de uma cartilha do PRONATEC – “Viver sem Limites”, em Florianópolis.”</p> <p>Intérpretes de LIBRAS: “A conselheira Alexandra explicou sobre a reunião que a mesa diretora teve com o Secretário da Assistência Social Tiago Silva, e que a contratação de intérpretes de LIBRAS seria verificado, mas acreditava que somente para o próximo ano.”</p>

	Tribess (ACIC) e os Intérpretes da FCEE, Marliza maria Bruch e Saulo Henrique.			deficiência no PRONATEC. Explicou ainda que a contratação de pessoas com deficiência para o mercado de trabalho ou como aprendizes, caso seja contratado, a pessoa não perde o benefício (BPC). Ressaltou que Florianópolis possui aproximadamente 1140 pessoas beneficiárias do BPC.”  “solicitarmos um (a) secretário (a) executivo para o conselho e intérpretes de LIBRAS contratados pela Prefeitura e não utilizar os da FCEE, pois não achava justo, pois esse serviço é destinado à pessoa surda e não para atender a demanda da Prefeitura.”	
26/04/2016	presentes (13) treze pessoas, sendo doze membros do conselho e um ouvinte, deste jeito estavam presentes: Os titulares, Fernando Cavallari Carneiro e Nara Caselli Martins, ambos representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Estânislá Polleto, representante da Secretaria Municipal de Educação, Jacqueline Pagani Luz Althof, representante da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana,	Faltou 1 representante do Poder Executivo	-Eleição da Mesa Diretora;  - Representatividade do CMDPD;  -Definição do posicionamento do CMDPD em relação a “Casa dos Conselhos”;  -Assuntos gerais	-Eleição da Mesa Diretora: "foi definido pela plenária que à eleição iria acontecer conforme ocorreu nas eleições anteriores, sendo assegurada a representação do governo e da sociedade civil na presidência e na vice-presidência do CMDPD e a alternância das representações de cada mandato, respeitando a paridade, considerando que a gestão que termina nesta assembleia, tinha como presidente um representante do governo, portanto à próxima mesa diretora terá na presidência uma representação da sociedade civil."  -Representatividade do CMDPD: "O presidente passou a palavra para o vice-presidente Fernando, o mesmo levantou	-Eleição da Mesa Diretora: "Presidente – Leandro de Oliveira, representante da ACIC, Vice – presidente – Fernando Cavallari Carneiro, representante da SEMAS, 1ª secretária - Cleusa Maria da Costa, representante da AMUCC e como 2ª secretária a conselheira Estânislá Polleto, representante da Secretaria Municipal de Educação"  -Representatividade do CMDPD: " A senhora Solange Bueno manifestou interesse em representar o CMDPD no CONADE dependendo das datas dos encontros do referido órgão, quando sua situação for regularizada junto a este conselho, o conselheiro Fernando Cavallari deseja continuar representando o CMDPD na comissão do LGBT e o

	<p>Noemi Clara Manoel, representante do IGEOF, Leandro de Oliveira, representando a ACIC, e Cleusa Maria da Costa, representando a Associação Brasileira de Portadores de câncer – AMUCC, e os conselheiros suplentes presentes, Claudio Antônio Clarindo, representante da SEMAS, Nívia Micheli Garcia Vieira, representando à APAE, José Roberto Leal, representando à AFLODEF, Carlos Henrique Duarte, representando à AHESC, Carlos Alberto Veloso, secretário executivo do CMDPD e como membro ouvinte a senhora Solange Bueno, pois até o momento do início da referida plenária à mesma não estava devidamente legalizada como membro efetivo do CMDPD, devido à falta da documentação necessária.</p>			<p>a necessidade do conselho se fazer presente nos espaços de discussões nos diversos segmentos e setores da sociedade, com esse intuito foi solicitado que os conselheiros que tiverem interesse em representar o CMDPD no CONADE; na comissão do LGBT e no Forum de Políticas Públicas de Florianópolis"</p> <p>-Definição do posicionamento do CMDPD em relação a “Casa dos Conselhos”: "o Vice-presidente indagou que não seria possível á plenária tomar um posicionamento, pois, a maioria dos conselheiros não conhecem o espaço da suposta “Casa dos Conselhos”.</p> <p>-Assuntos Gerais: Capacitação dos Conselheiros e intérpretes</p>	<p>conselheiro Carlos Duarte representante da AHESC, pretende representar o CMDPD no Forum de Políticas Públicas de Florianópolis, o secretário executivo do CMDPD esclareceu que a cadeira deste conselho é de suplente no CONEDE, e que a ex-conselheira Juçara solicitou sua dispensa da sua função de representante no CONEDE."</p> <p>-Definição do posicionamento do CMDPD em relação a “Casa dos Conselhos”: "Com base nessa afirmação o mesmo sugeriu que todos realizassem uma visita no referido espaço, na próxima segunda feira as 14h, tendo como ponto de encontro á sede atual do CMDPD, para o deslocamento até a referida casa. Situação colocada em votação, todos os presentes aceitaram a proposta indicada."</p> <p>-Assuntos Gerais: Capacitação - O presidente Leandro indicou o auxílio da Comissão Parlamentar da Pessoa Com Deficiência da Assembleia Legislativa e da Coordenadoria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Município de Florianópolis/SC.</p> <p>Intérprete de LIBRAS - a conselheira Estânislá Polleto informou que na secretaria já foi aprovado um intérprete, pelo Secretário, para estar disponível no prédio do CEC para as formações e também para demandas das escolas, mas</p>
--	---	--	--	--	---

					ainda não há definição deste profissional e também ele não iniciou o trabalho, mas que irá ver a possibilidade de auxiliar no CMDPD. Fernando Cavallari colocou que já iniciou uma conversa com a Secretaria de Assistência Social na direção da definição de um processo para a articulação e contratação de um profissional para a realização da função de intérprete, acrescentou que irá retomar as tratativas nos próximos dias. O conselheiro Jose Roberto Leal, sugeriu formalizar um acordo com a Associação dos Surdos da Grande Florianópolis, por intermédio da conselheira Sandra Lucia Amorim, as sugestões foram acatadas pelos conselheiros."
09/05/2016	(15) quinze pessoas, sendo onze membros do conselho, um participante ouvinte, uma participante ouvinte que auxiliou a conselheira da Associação de Surdos da Grande Florianópolis na interpretação da linguagem de sinais e mais duas pessoas convidadas, a Senhora Silvia Beatriz Rizzieri de Luca, Secretária da Assistência Social do Município de	Cabe registrar que a Senhora Fernanda Baggio, Coordenadora dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Florianópolis, informou que não poderia participar desta plenária, pois teria que participar de outro compromisso profissional, no mesmo horário, e que estiveram presentes nas instalações do CEC, mas fora do	-Capacitação dos conselheiros;  -Intérpretes de LIBRAS (Central de LIBRAS);  -Visita à "Casa dos Conselhos";  -Representação CMDPD;  -Regimento	-Capacitação dos Conselheiros: "O presidente do CMDPD apresentou a proposta de capacitação para os conselheiros, onde informou que convidou a professora Lusiele Tapojós, da UFSC, para abordar a temática do controle social e a função dos conselheiros na defesa dos direitos da pessoa com deficiência dentro da esfera do controle social, na continuidade do mesmo item o presidente acrescentou a proposição de uma capacitação com a gerente "Marcilene" da ACIC com o intuito de ser tratado o tema da complexidade da deficiência visual."	-Capacitação dos Conselheiros: "a plenária decidiu por realizar apenas a capacitação com a professora Luziele sobre a temática do controle social e as atribuições dos conselheiros de direitos do CMDPD."  -Intérpretes de LIBRAS (Central de LIBRAS): "A conselheira Alexandra solicitou que fosse verificado o contrato da FCEE em relação à utilização de intérpretes, para ter acesso as tratativas da tolerância temporal dos profissionais envolvidos no referido processo, quando tiverem realizando suas atividades. A Conselheira Sandra questionou a utilização dos intérpretes da FCEE nas

	<p>Florianópolis e o Senhor Jairo da Silva, integrante da comissão dos direitos da Pessoa com Deficiência da ALESC e presidente da ACIC de Florianópolis, desta forma, estavam presentes. Os titulares: Fernando Cavallari Carneiro, vice-presidente do CMDPD e Nara Caselli Martins, ambos representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Estânislá Polleto, representante da Secretaria Municipal de Educação, Leandro de Oliveira, presidente do CMDPD e representando a ACIC, Cleusa Maria da Costa, Primeira secretária e representando a Associação Brasileira de Portadores de câncer – AMUCC, Élzio Espirito Santo Oliveira, representando à AFLODEF, Sandra Amorim, representante da ASGF e Alexandra Silva, representando á</p>	<p>espaço da Plenária, as três profissionais intérpretes: Paula Cecília N. S. da Silva, Marcela Regina Lima Rodrigues e Poliana Wodzick Haubert, onde se ausentaram da assembleia de maneira definitiva, em razão do atraso de aproximadamente quarenta e cinco minutos, após do início da reunião, pela conselheira com deficiência auditiva.</p>	<p>Interno.</p>	<p>LIBRAS): “Élzio acrescentou que já existe uma lei que trata sobre a questão dos intérpretes de libras no Município de Florianópolis, especificamente á criação de uma “central de libras”, desse jeito, seria resolvido á questão debatida, segundo o referido conselheiro. Alexandra ressaltou que inclusive aponta uma indicação para o quadro civil de funcionários da PMF, e que teria que fazer contato com Fernanda Baggio em relação a “Central de intérpretes”.”</p> <p>-Visita à "Casa dos Conselhos": “O Presidene esclareceu que ocorreu a visita, com a presença do Próprio (Leandro), a conselheira Estânislá, segunda secretária do CMDPD e o Secretario Executivo Carlos Alberto Veloso, onde foi levantado vários pontos para avaliação e a produção de um documento oficial para o posicionamento do CMDPD para á SEMAS e a Câmara, dessa maneira, foi produzido um parecer do posicionamento do CMDPD, com a contribuição de todos os membros do conselho via e-mail.” LER O TEOR DA ATA</p> <p>-Representação CMDPD: “Quanto a representação do CMDPD nos demais espaços de discussão pela luta dos direitos, Leandro apontou á existência da Comissão dos Direitos da Pessoa</p>	<p>plenárias do CMDPD, pois, entende que á atuação dos referidos profissionais é direcionada para o público alvo da educação e pouca familiaridade com a temática dos direitos da pessoa com deficiência, desta forma causando prejuízo na participaçã das pessoas com deficiência auditiva nas plenárias do CMDPD.”</p> <p>-Visita à "Casa dos Conselhos": “Os conselheiros Ézio e Alexandra colocaram que somente irão para á casa dos conselhos, se houver as adequações necessárias. A conselheira Sandra sugeriu que o conselho ocupe o espaço e que depois seja cobrado as modificações exigidas para SEMAS. O senhor Gredfried sugeriu que fosse utilizado á legislação em vigor para á construção ou reforma dos espaços que seram utilizados pelos conselhos. Nada mais questionado na plenária em relação ao tema em questão, os conselheiros presentes decidiram que o parecer sofrerá algumas alterações e inclusões, conforme posto na assembleia. Cabe aqui ressaltar que á plenária decidiu, que será apontado no novo parecer, quais as necessidades do CMDPD, para que ocorra á realocação do Conselho para á “Casa dos Conselhos de Direitos da SEMAS”. Dessa maneira, aguardar as providências e á resposta da SEMAS.”</p>
--	--	--	-----------------	---	---

	<p>APAE e os conselheiros suplentes presentes: Claudio Antônio Clarindo, representante da SEMAS, Felipe Paulo de Oliveira, representando o IPUF, Carlos Alberto Veloso, secretário executivo do CMDPD e como membro ouvinte o senhor Gredfried Teibess, da ACIC e a senhora Cristiane Erthal acompanhante ouvinte e auxiliar na interpretação da linguagem de sinais.</p>			<p>com Deficiência da Câmara dos Vereadores da Capital; Rede intersectorial – Rede PcD; Dia “D” do Ministério Público: Floripa Acessível. Leandro levantou a sugestão de participarmos de alguns espaços e para outros encaminharmos um ofício solicitando a presença de representante nas plenárias do CMDPD.”</p> <p>-Regimento Interno: “Leandro explanou que á Conselheira Solange Bueno, sugeriu que entrasse-mos em contato com á comissão relacionada a temática da pessoa com deficiência da OAB-SC, para nos auxiliar na alteração da lei de criação do CMDPD. Leandro apontou também a necessidade de referendar em plenaria os regimento antigo do CMDPD.”</p>	<p>-Representação CMDPD: “Élzio propôs que seja encaminhado um ofício para Câmara solicitando á demanda e temas para que possamos participar ativamente das dicussões na casa legislativa do Municipio. A conselheira Nara, manifestou interesse em participar das reuniões da Rede intersectorial – Rede PcD. O conselheiro Felipe deseja participar do projeto “Floripa Acessível”. Élzio colocou que deseja está na ação do “Dia “D” do Ministério Público”. O mesmo acrescentou que o CMDPD enviasse uma carta de apresentação do novo conselho á todas entidades do segmento em Florinópolis.” “Élzio levanta a necessidade de ter mais atores na defesa dos direitos da pessoa com deficiência, coloca que apenas os 14 membros não terão com alcançar o número de atividades que requer o conselho, nesse sentido, ele sugeriu que sejam convidadas todas as entidades do segmento, para contribuiem com a temática do CMDPD. Sugestão aceita pela plenária.”</p> <p>-Regimento Interno: “Ficou definido que será encaminhado um ofício para OAB-SC e para SEMAS solicitando o auxilio da assessoria jurídica da secretaria.”</p>
23/05/2016	(11) onze pessoas, sendo doze membros do conselho, deste jeito	Percebe-se a falta tanto dos representantes do poder público quanto	-“Casa dos Conselheiros”	-“Casa dos Conselheiros”: “O presidente de uma breve saudação de boas vindas e apresentou à pauta já mencionada,	-“Casa dos Conselheiros”: “A Conselheira Solange Bueno, levantou a proposta de informarmos a SEMAS que

	<p>estavam presentes: Os titulares, Fernando Cavallari Carneiro e Nara Caselli Martins, ambos representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Noemi Clara Manoel, representante do IGEOF, Leandro de Oliveira, representando a ACIC, Cleusa Maria da Costa, representando a Associação Brasileira de Portadores de câncer – AMUCC, Elzio E. Santo Oliveira, representando à AFLODEF, Alexandra Silva, representando à APAE e a Sandra L. Amorim, representando à ASGF e os conselheiros suplentes presentes, Claudio Antônio Clarindo, representante da SEMAS e Solange Bueno, representante da á ACIC, e Carlos Alberto Veloso, secretário executivo do CMDPD.</p>	<p>da sociedade civil e que os suplentes estão se apresentam.</p>	<p>-Convocação para reunião da Frente Parlamentar de Assistência Social da Câmara de Vereadores de Florianópolis.</p>	<p>iniciando os trabalhos com a leitura do ofício enviado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis, onde resumidamente informou que os conselhos notificados teriam quinze dias para recolherem seus pertences e realizarem suas mudanças, como também em linhas gerais informou que assumiria o compromisso junto com a sociedade civil, Frente parlamentar em defesa da assistência social de buscar possibilidades, parcerias com a finalidade de adequar a estrutura física da casa, conforme as necessidades e especificidades de cada um dos conselhos de direitos e á medida da flexibilidade orçamentaria do Município.”</p> <p>-Convocação para reunião da Frente Parlamentar de Assistência Social da Câmara de Vereadores de Florianópolis: “foi informado que a Frente Parlamentar de defesa da Assistência Social da Câmara de Vereadores de Florianópolis solicitou um posicionamento em relação á realocação da sede do CMDPD e o comparecimento na reunião que acontecerá no dia 25/05/16 na Câmara de Vereadores.”</p>	<p>o CMDPD não irá para a recém-denominada “Casa dos conselhos de direitos da SEMAS”, antiga casa dos conselhos, dado ao fato de que as solicitações e demanda necessária para a instalação e adequação física do espaço não foi cumprida, conforme acordado anteriormente, como condição mínima para a mudança do endereço da sede do CMDPD e de maneira simultânea o Ministério Público ser informado da decisão do CMDPD e de todo processo atual da tentativa da mudança do conselho. O senhor Leandro abriu votação. Onde por unanimidade, foi aprovado á proposta da conselheira Solange Bueno”</p> <p>-Convocação para reunião da Frene Parlamentar de Assistência Social da Câmara de Vereadores de Florianópolis: “Foi esclarecido que já foi envidado o parecer do CMDPD para á Câmara e que o presidente ou o vice-presidente irá comparecer na reunião mencionada no dia 25 de maio do corrente ano.”</p>
23/05/2016	(12) doze pessoas, entre conselheiros e a	Percebe-se a falta tanto dos representantes do	RELATOS SIMPLIFICADOS DE MEMORIAS DA CAPACITAÇÃO DE 23 DE MAIO DE 2016, SOBRE O CONTROLE SOCIAL E ATRIBUIÇÃO DOS CONSELHEIROS DO CMDPD.		

	professora orientadora (Luziele Tapojós) dos trabalhos (MESMOS REPRESENTANTES DA ATA ANTERIOR)	poder público quanto da sociedade civil e que os suplentes estão se apresentam.			
07/06/2016	(08) oito pessoas, sendo sete membros do conselho, deste jeito estavam presentes: Os titulares, Fernando Cavallari Carneiro, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Noemi Clara Manoel, representante do IGEOF, Leandro de Oliveira, representando a ACIC, Cleusa Maria da Costa, representando a Associação Brasileira de Portadores de câncer – AMUCC, Élzio E. Santo Oliveira, representando à AFLODEF, Carlos Peres, representando AHESC e a conselheira suplente, Solange Bueno, representante da á ACIC, e Carlos Alberto Veloso, secretário executivo do CMDPD	Percebe-se a falta tanto dos representantes do poder público quanto da sociedade civil e que os suplentes estão se apresentam.	-Mudança do endereço do CMDPD;	-Mudança do endereço do CMDPD: "Leandro informou que devidos aos últimos acontecimentos em relação á mudança da sede do conselho sem á autorização deste conselho, foi protocolado no dia 31/05/16 junto ao Ministério Público de Santa Catarina uma representação em relação ao Processo de mudança da sede dos conselhos setoriais e de direitos, vinculados administrativamente a Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis, e no dia 01 de junho foi entregue o ofício informando o posicionamento contrário do CMDPD em relação à mudança de endereço da sede do conselho ocorrida em 30 de maio do corrente ano. Acrescentou que No dia 06/06/16 ocorreu uma reunião com o Dr. Daniel Paladino no Ministério Público de Santa Catarina, com os Conselhos da Mulher, CMDPD, Conselho do Idoso e o Dr. Ricardo Vieira (vereador) da Frente parlamentar em defesa da assistência social, onde teve como encaminhamento uma reunião de mediação entres os conselhos presentes, câmara de vereadores, SEMAS e Ministério Público na pessoa do Dr. Daniel Paladino, provavelmente	-Mudança do endereço do CMDPD: "A conselheira Solange sugeriu que seja transferida a data da próxima assembleia geral para o dia 20 de junho do corrente ano, para que o conselho já tenha uma definição da reunião que irá acontecer no MP no dia 15 de junho. Acrescentou que a princípio o conselho deveria registrar um Boletim de Ocorrência na delegacia em relação aos equipamentos e moveis que foram deslocados da antiga sede do CMDPD para o atual endereço (rua: Victor Meirelles nº 226 – centro) sem autorização, inclusive contrariando uma decisão da assembleia do CMDPD. Élzio propôs uma mobilização entre os conselhos envolvidos, câmara e outros segmentos da sociedade, utilizando mecanismo de pressão, como: imprensa, jornais, informes nas mídias sociais e outros. Ressaltou que as deliberações do conselho devem ser respeitadas e que os conselheiros não reconhecem a nova sede do CMDPD como espaço legítimo e não será ocupado temporariamente. Solange sugeriu que seja produzido um documento (comunicado) relatando á atual situação do conselho, para ser distribuído em todas as entidades dos

				<p>acontecerá na data de 15/06/16 no MP, Leandro ressaltou que seria uma das funções do MP interferir nesse processo, caso não havendo um acordo, possivelmente o MP deverá entrar com um inquérito civil público. O presidente e a maioria dos conselheiros manifestaram que se sentiram desrespeitados pela Secretária da SEMAS, dado ao fato, de que não foram considerado as demandas e decisões das plenárias anteriores do CMDPD. O conselheiro Élzio Levantou que alguns conselhos de direitos não foram convidados a realizarem a mudança, acredita que seja por alguns conselhos terem mais força do que o CMDPD."</p>	<p>diversos segmentos de Florianópolis, inclusive interromper os trabalhos do CMDPD. O conselheiro Élzio, em contato telefônico com a Dra. Quézia do MPT, onde marcou uma reunião para o dia 14 de junho, para somar forças na intenção de ser resolvida a situação atual dos conselhos em relação á realocação da sede. O conselheiro Fernando apontou a necessidade de aprovação em plenária geral para definição de itens como: Paralisar os trabalhos do conselho e manifestos via imprensa. Élzio indicou que na próxima plenária sejam convidados os demais conselhos envolvidos no ensejo da mudança da sede dos conselhos, entidades do segmento e a Frente parlamentar em defesa da assistência social da câmara de vereadores de Florianópolis. Sugeriu também que fosse perguntado aos conselhos participantes da reunião do dia 06/06/16 no MP, qual o posicionamento deles em relação á questão em tela. "</p>
20/06/2016	<p>presentes(08) oito pessoas, sendo cinco membros do conselho, deste jeito estavam presentes: Os titulares, Leandro de Oliveira, representando a ACIC, Cleusa Maria da Costa, representando a Associação Brasileira de</p>	<p>Não foi possível realizar a plenária, dado que não foi possível alcançar o numero mínimo para o coro de uma plenária, desta forma, foi decidido realizar uma reunião entre os presentes para</p>	<p>-Mudança do endereço do CMDPD</p>	<p>O presidente de uma breve saudação de boas vindas e abriu a reunião informando as questões colocadas na reunião ocorrida no MP com o Dr. Daniel Paladino e os representantes da câmara Dr. Ricardo Vieira, Keli, representante do COMDIM, Renata e Fernanda representando a SEMAS, Elzio, representado o CMDPD e um representante do CMI, nessa reunião</p>	<p>O participante desta plenária, o Sr. Jairo falou que o ocorrido em relação à mudança da sede dos conselhos é um crime e está preocupado com a grande violação a legislação da inclusão e que algo tem que ser feito. Solange colocou que o conselho deve esperar o MP tomar as providencias e que o CMDPD deva paralelamente elaborar um documento para imprensa informando</p>

	<p>Portadores de câncer – AMUCC, Alexandra Silva, representando á APAE, Sheila Comiran, representante do IPUF e Estãnisla Poletto, representante da SME e a conselheira suplente presente Solange Bueno, representante da á ACIC, e Carlos Alberto Veloso, secretário executivo do CMDPD. Registramos a presença dos senhores Claudionor e Jairo Silva, ambos como membro ouvintes.</p>	<p>apreciação de assuntos urgentes do conselho.</p>		<p>Leandro colocou que não houve um acordo entre partes em relação à questão da mudança da sede dos conselhos envolvidos. Acrescentou que o Dr. Paladino informou que iria solicitar um laudo técnico sobre as questões da acessibilidade da casa dos conselhos, no prazo de sete dias. Colocou que nesta reunião informou aos presentes que o CMDPD não irá ocupar o espaço da casa dos conselhos até uma solução, desta forma foi acrescentado mais nada sobre reunião do MP.</p>	<p>que a sede atual do conselho desrespeita a lei de inclusão e que não deva manter os trabalhos e não ocupar outros espaços, pois é necessário que o CMDPD tenha o seu próprio espaço. Alexandra indagou que é importante aguardar o posicionamento do MP e depois o conselho posicionar-se publicamente. Jairo afirmou que o conselho é deliberativo e, portanto não deve aceitar o novo espaço sem acessibilidade. Acrescentou que o conselho deveria utilizar a própria força da PMF, dado que foi criada a casa dos conselhos desrespeitando a legislação e que uma ação seria realizar planárias públicas pela cidade. Solange sugeriu que fosse organizado uma reunião ampla envolvendo á Comissão dos Direitos da Pessoa com deficiência da Câmara, PMF, OAB, Entidades, Coordenação Municipal e outros, utilizando o espaço da câmara de vereadores.</p>
<p><b>06/07/2016</b></p>	<p>estiveram presentes, o presidente do CMDPD, Leandro de Oliveira, a Secretária do CMDPD, Cleusa Maria da Costa, o presidente da referida comissão legislativa o senhor Marcelo da Intendência e seu assessor parlamentar senhor Adilson.</p>		<p>Relato da reunião da mesa diretora do CMDPD com a presidência da comissão dos direitos da pessoa com deficiência da câmara de vereadores da capital na data</p>	<p>O Senhor Leandro abriu a reunião informando do novo mandato do conselho, e que o verdadeiro motivo desta reunião era aproximar o CMDPD dos trabalhos da comissão existente na câmara, e como demanda imediata a questão do novo espaço da sede do conselho. Leandro e Cleusa colocaram que o atual endereço da sede, impossibilita a participação dos conselheiros no referido espaço, devido a falta de acessibilidade em torno do</p>	<p>Não está claro as providências nesta reunião. Ata do dia confusa.</p>

			de 06/07/16	imóvel e da dificuldade de chegar até o novo endereço, tendo que passar com ruas em desníveis, escadas e postes de rede elétrica e outros. Levantaram também a falta de intérpretes nas plenárias do CMDPD, e que esta questão impossibilita a participação dos deficientes auditivos nos trabalhos do conselho. Acrescentaram que desde 31/05/16, os conselheiros do CMDPD não estão realizando suas atividades nos espaços das comissões internas do conselho, pois em plenária foi decidido que a nova sede não será reconhecida como espaço de discussão deste conselho enquanto o não estiver respeitando a legislação de inclusão em vigor.	
11/07/2016	(12) doze pessoas, sendo todos membros do conselho, deste jeito estavam presentes: Os titulares, Leandro de Oliveira, representando a ACIC, Cleusa Maria da Costa, representando a Associação Brasileira de Portadores de câncer – AMUCC, Alexandra Silva, representando a APAE, Estãnisla Poletto, representante da SME, Carlos José Peres, representando a AHESC, Noemi Clara	Percebe-se a falta tanto dos representantes do poder público quanto da sociedade civil e que os suplentes estão se apresentam.	-Estrutura física do CMDPD;  -Intérprete de LIBRAS.	-Estrutura Física: MP ficou de realizar um laudo sobre a nova e da atual sede do CMDPD, mas até a data desta Ata não obtiveram retorno do MP. Indicaram a reunião com o Vereador Marcelo da Intendência e seu assessor Adilson, onde apresentaram as dificuldades da utilização do espaço da nova sede e a falta de intérpretes de LIBRAS.  -Intérpretes de LIBRAS: A conselheira Solange Bueno ressaltou que na plenária não havia profissionais de LIBRAS, portanto não seria possível continuar a plenária, pois os surdos não estavam inclusos nos debates. A conselheira Polleto solicitou que fosse feito contato	-Estrutura Física: O Vereador e seu assessor, colocaram que são conhecedores do tema e iriam colocar os serviços da comissão a favor da luta da pessoa com deficiência. Levantaram a intenção de haver uma prática de consultar o conselho futuramente para os debates sobre o tema na câmara para um posicionamento ou parecer do mesmo no sentido de instruir a legislação juntamente com a comissão. Colocaram também que pretendem contribuir na produção de materiais de divulgação do conselho, leis criadas do tema da PcD, inclusive com a produção de uma cartilha educativa a população e outros. Em relação a mudança da sede do

	<p>Manoel, representante do IGEOF e Nara Martins, representante da SEMAS, conselheira suplente presente Solange Bueno, representante da a ACIC, Claudio Clarindo, representante da SEMAS, Cléo Jeferson da Silva representando a ASGF e Carlos Alberto Veloso, secretário executivo do CMDPD. Registramos a presença da senhora Daniela Freitas como membro ouvinte.</p>			<p>com a coordenadoria da PcD do Município no intuito de obter mais informações em relação a questão dos intérpretes nas plenárias do conselho. Alexandra lembrou que os intérpretes devem ser para todos os conselhos.</p>	<p>conselho, eles informaram que iriam realizar uma visita para verificar a verdadeira situação e tomarem um posicionamento frente a PMF. os conselheiros não reconhecem o novo endereço da sede do CMDPD como espaço legítimo de discussão do conselho. Em plenária ficou marcado uma reunião com a SEMAS e a Coordenadoria da PcD do Município (Fernanda Baggio) para o dia 19/07/16 as 14h no Gabinete da Secretária Silvia B. R. de Luca com representantes do CMDPD. Leandro colocou que o conselho deve procurar a imprensa para tornar público os problemas enfrentados pelo conselho.</p> <p>-Intérpretes de LIBRAS: A maioria dos conselheiros entenderam que os trabalhos do conselho não podem continuar sem a presença de um intérprete nas plenárias e por decisão unanime ficou decidido que os trabalhos do CMDPD estão suspensos até a resolução da questão dos intérpretes</p>
<p><b>22/07/2016</b></p>	<p>(13) treze pessoas, entre conselheiros do conselho, membros da prefeitura de Florianópolis e uma ouvinte da ASGF, deste jeito estavam presentes: Os titulares, Leandro de Oliveira, representando</p>	<p>Percebe-se a falta tanto dos representantes do poder público quanto da sociedade civil e que os suplentes estão se apresentam.</p>	<p>Sobre a questão da falta de intérpretes nas plenárias do CMDPD de Florianópolis</p>		<p>Surgiu desta reunião três propostas de encaminhamentos. 1 – Convênio ou contrato de estagiários com IFSC, UFSC ou outra instituição, dependendo da autorização da secretaria de administração de Florianópolis; 2 – Capacitação dos servidores; 3 – Criação de vaga para intérpretes no quadro civil da PMF.</p>

	<p>a ACIC, Cleusa Maria da Costa, representando a Associação Brasileira de Portadores de câncer – AMUCC, Fernando Cavallari representando a SEMAS e Sandra Lucia Amorim representando a ASGF, conselheira suplente presente Solange Bueno, representante da a ACIC, Claudio Clarindo, representante da SEMAS, uma participante como acompanhante e ouvinte senhora Graziela Ecco, representante da ASGF, funcionários da PMF, a senhor secretária Silvia B. R. de Luca, da SEMAS, senhora Marta C.S. de Melo , da SEMAS, Taíza E. Lisboa Carpes, da SEMAS, Juçara Rosa Silva, da SEMAS, Fernanda Baggio, da coordenadoria da Pessoa com Deficiência do município e Carlos Alberto Veloso, secretário executivo do CMDPD.</p>				
--	--	--	--	--	--

08/08/2016	<p>(12) doze pessoas, sendo sete membros do conselho, deste jeito estavam presentes: Os titulares, Leandro de Oliveira, representando a ACIC, Cleusa Maria da Costa, representando a Associação Brasileira de Portadores de câncer – AMUCC, Daniela Freitas, representando a APAE, Carlos José Peres, representando a AHESC, Fernando Cavallari, representante da SEMAS, conselheiro suplente presente; Claudio Clarindo, representante da SEMAS, Cléo Jeferson da Silva representando a ASGF e Carlos Alberto Veloso, secretário executivo do CMDPD. Registramos a presença da senhora Andreia de Farias (representando o Lar Fabiano de Cristo), Lucas B. (representando o CMDCA) e Maísa Petroski (ACBG) ambos como membros ouvintes, cabe aqui informar da presença do</p>	<p>Percebe-se a falta tanto dos representantes do poder público quanto da sociedade civil e que os suplentes estão se apresentam.</p>	<p>Considerando a impossibilidade da realização da plenária devido a falta de intérpretes e de quórum necessário para o andamento dos trabalhos, o presidente do CMDPD deu por cancelado a plenária.</p>
------------	--	---	--

	senhor Antony Hecke, representando Associação DU Projetos Sistemas de Projetos Sociais.		
--	---	--	--

## APÊNDICE B: PLANILHA DE PRESENÇA DOS CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

<b>ANO:</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>						<b>2016</b>									
<b>DATA:</b>	09/12	10/04	14/04	09/05	14/07	11/08	13/10	26/04	09/05	23/05	23/05	07/06	20/06	06/07	11/07	22/07	08/08
<b>Associação Preventiva de Apoio a Mulher - APAM</b>																	
<b>Associação Catarinense para a Integração do Cego - ACIC</b>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<b>Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis - APAE</b>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X		X
<b>Associação Florianopolitana do Deficiente Físico - AFLODEF</b>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				
<b>Associação dos Surdos da Grande Florianópolis - ASGF</b>		X		X	X	X	X		X	X	X	X			X	X	X
<b>Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina - AHESC</b>	X	X	X			X	X	X					X		X		X
<b>Associação Brasileira de Portadores de Câncer - AMUCC</b>								X	X	X	X	X	X		X	X	X

